UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

THÁVILLA LORRANY FREIRE LOIOLA

FRENTE AMPLA: OPOSIÇÃO CONSERVADORA AO REGIME MILITAR E SUA REPRESENTAÇÃO ATRAVÉS DE CARTAS (1967-1968)

BRASÍLIA

2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

FRENTE AMPLA: OPOSIÇÃO CONSERVADORA AO REGIME MILITAR E SUA REPRESENTAÇÃO ATRAVÉS DE CARTAS (1967-1968)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada e bacharela em História.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Torres Gamba

AGRADECIMENTOS

O processo de ser grato em si é fácil, somos agraciados por cada detalhe do cotidiano que transforma nossas vidas, mas transcrever o que fica submetido nos gestos é algo complexo, seriam necessárias várias páginas para fazer jus às pessoas tão especiais. Início meus agradecimentos a minha família, exemplo de simplicidade e caráter que pretendo carregar ao longo de minha vida.

Agradeço aos meus professores da Universidade de Brasília, por excelentes aulas e grandes aprendizados, em especial meu orientador professor Mateus Gamba pela paciência, tempo e dedicação estando ao meu lado em momentos difíceis tantos pessoais quanto acadêmicos, ao professor Daniel Farias cujas aulas serão inesquecíveis, não apenas pelo conteúdo e qualidade e sim por suas propostas de ensino que nos faz pensar além da universidade e pelo apoio neste projeto.

Aos amigos que pude conhecer nos percalços da graduação, que estão presentes em todos os momentos de minha formação acadêmica, pois crescemos e aprendemos juntos no decorrer da graduação. Sem vocês não seria possível concluir essa etapa de minha jornada.

RESUMO

Os anos iniciais do Golpe Militar de 1964 modificou toda a conjuntura da política nacional, a democracia se desmiuçou em migalhas e os militares tomaram o poder. A maioria dos políticos contrários aos ideais do regime foram cassados ou estavam exilados, dentre eles Juscelino Kubitschek, Adhemar de Barros, Jânio Quadros, João Goulart, apenas a figura emblemática de Carlos Lacerda gozava de seus direitos plenos, após apoiar o golpe e se decepcionar com os rumos da "revolução" se destacou como principal liderança civil oposicionista nos primeiros anos do governo Castelo Branco, sobretudo a prorrogação do mandato presidencial, a manutenção das eleições indiretas para a presidência da República e a institucionalização do AI-2 que modificou o sistema partidário e criou o bipartidarismo. Lacerda insatisfeito com o governo uniu forças com seus antigos desafetos políticos (JK e Jango) e organizou o Movimento Frente Ampla, a partir de 1966 divulga uma série de diretrizes com o intuito de redemocratizar o país. Em meados de 1967 e 1968 com a intensificação dos movimentos sociais contrários à ditadura, a frente ganha maior mobilização em comícios, atos públicos; embora sofra com a censura, a grande imprensa desde o início do movimento mostra a frente como oposição governamental, divulga seus passos à sociedade brasileira que em grande parte se manifestou e entrou em contato com os líderes civis por meio das cartas, seja apoiando ou criticando o movimento por ser amplo demais e por unir antigos adversários político.

Palavras-chave: Frente Ampla, oposição, Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, João Goulart, Golpe Militar, cartas.

ABSTRACT

The early years of the Military Coup of 1964 changed the whole conjuncture of national politics, democracy broke up crumbled into crumbs, and the military took over the power. The majority of politicians opposed to the ideals of the militarys were annulled or exiled, for example Juscelino Kubitschek, Adhemar de Barros, Jânio Quadros, João Goulart, only the emblematic figure of Carlos Lacerda enjoyed his full rights. After supporting the coup and being disappointed with the direction of the "revolution" stood out as main opposition civilan leadership in the beginning of Castelo Branco government, especially after the extension of the presidential term, the maintenance of indirect elections for the presidency of Republic and the institutionalization of AI-2 modified the parliamentary system and created bipartisanism. Lacerda desappointed with the government joined forces with his former political opponents (JK and Jango) and organized the Frente Ampla. In 1966 announces a series of guidelines with the aim of democratizing the country. Between 1967 and 1968 with the intensification of social movements contrary to the dictatorship, the front gains more mobilization in rallies, public acts; although it has suffered from censorship, the great press since the beginning of the movement shows the front as a governamental opposition discloses its steps to the Brazilian society wich largely manifests itself and has come into contact with civil leaders through letters, either supporting or criticizing the movement for being too broad and for uniting former political disaffected.

Key-words: Frente Ampla, opposition, Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, João Goulart, Military Coup, letters.

SUMÁRIO

Introdução _____ 07

Capítulo 1: Os anos finais da democracia e o golpe de 1964

1.1 A renúncia de Goulart e a instauração do golpe _____ 13

1.2 O pós-golpe e o fechamento do regime _____ 19

1.3 Movimento Frente Ampla _____ 25

Capítulo 2: Cultura política, memória e sua representação nas missivas

2.1 Cultura política: uma breve análise _____ 32

2.2 A representação da memória nas cartas _____ 37

Considerações Finais _____ 59

Referências Bibliográficas _____ 61

Anexos _____ 67

INTRODUÇÃO

No dia 31 de março de 1964, os militares promoveram um golpe com o objetivo de frear o avanço de grupos políticos reformistas de esquerda que ocasionou a deposição do até então presidente João Goulart e instaurou uma ditadura civil-militar no Brasil, em seus 21 anos de existência passou por diversos momentos conturbados e pelas mãos de generais que governavam o país com punhos de ferro (NAPOLITANO, 2014). Contudo, não faltaram movimentos de oposição, com origens e ideologias tanto de esquerda quanto de direita, para lutar contra o regime militar. Em grande parte da narrativa histórica, os movimentos mais notórios foram organizados por civis, com grande representatividade da esquerda nacional. Representantes como militantes estudantis, sindicalistas trabalhadores se destacaram em toda a imprensa e memória nacional, assim como integrantes de guerrilhas, através do confronto armado resistiram contra a repressão.

Durante os primeiros anos pós golpe, um desses movimentos civis denominado pela imprensa e seus líderes como Frente Ampla, composto por grandes lideranças políticas defrontou o processo de militarização governamental em progresso desde 1964. Tal organização, apresentada pela opinião pública em particular pela Tribuna da Imprensa[1] foi construído abertamente em meados de 1966 e tem duração até abril de 1968, quando uma portaria publicada pelo Ministério da Justiça no governo de Costa e Silva a considera ilegal.

O surgimento da Frente Ampla congregou três dos principais líderes políticos com reconhecimento nacional, desde o período democrático anterior, Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Também participaram correligionários, simpatizantes do Partido Comunista e membros do MDB. Embora em sua constituição tenha ideologias, perfis, partidos diferentes, os ideais do movimento permaneceram íntegros, tendo como principal finalidade o fim do governo militar, a volta das eleições diretas, o restabelecimento da democracia do país, reforma dos partidos e instituições, a retomada do desenvolvimento econômico e uma política externa soberana[2]. As principais lideranças representam enorme parcela do eleitorado e da opinião pública brasileira, suas vidas políticas se confundiam com suas trajetórias em seus partidos, UDN, PSD e PTB.

---

[1] Embora fundado por Carlos Lacerda em 1949, o jornal Tribuna da Imprensa já em 1964 pertencia ao jornalista Hélio Fernandes. LEAL, Carlos Eduardo. *A Tribuna da Imprensa*. In DHBB, 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

[2] Trecho das diretrizes iniciais do manifesto, divulgado pela Tribuna da Imprensa em 28 de outubro de 1966.

O objetivo do trabalho será o desdobramento do final do sistema democrático, o início do Regime Militar, os Atos Institucionais e a Representatividade da Frente Ampla, com ênfase em sua trajetória e a forma de receptividade de alguns representantes da sociedade em massivas. Não se trata apenas de uma narrativa histórica do *Movimento Frente Ampla,* mas analisar o cenário político e as mudanças na sociedade brasileira. Para isso, se faz necessário enfatizar os efeitos do AI-2 e o AI-5 como período de fechamento gradativo do regime e seu autoritarismo repressivo. Em algumas passagens destacamos processos importantes entre a relação histórica dos grupos políticos, ideologias, projetos econômicos e sociais envolvidos na disputa das decisões nacionais que modificaram de forma drástica a memória brasileira. Os atos de repressão que marcaram a sociedade, além da violência, as deliberações dos AI's como as cassações, demissões, aposentadorias compulsórias contra a subversão, os mandados prolongados, eleições indiretas, decretos de leis, Lei de Segurança Nacional e o fim dos partidos políticos modificaram o modo de se enxergar a democracia e a política brasileira.

A Frente Ampla fez parte da oposição à ditadura em seus anos iniciais, tendo em vista sua formação em contexto limitado de direitos, a repressão e autoritarismo e por se tratar de um movimento político que começou na esfera pública para a posteriori engajar pessoas comuns da sociedade e outras lideranças políticas, não se fale muito desse movimento na cultura de oposição há predominância de relatos e estudos sobre as organizações de esquerdas, por sua maior representatividade e duros conflitos marcados pela repressão. A memória substitui evidências pela vontade e pelo interesse, por isso resgatamos os conceitos de memória e culturas políticas para tentar abordar o comportamento da sociedade perante os desdobramentos do movimento.

Na tentativa de historização dessa organização evitamos que sua memória se torna um borrão quando estudamos a participação e o clamor da população civil na construção do regime e a complexa relação que se vigora entre a ditadura e a sociedade, podemos conceituar as delimitações da cultura política brasileira como um conjunto de representações portadoras de normas e valores que constituem a identidade dos indivíduos, uma conduta de referências simbólicas cheias de sentimento, uma política de memória condicionada com as demandas econômicas, políticas e culturais que inspira o surgimento de movimentos sociais para expressar o descontentamento com o regime (BERSTEIN, 1998:356).

O movimento adotou um discurso nacionalista para alcançar todas as classes, embora não previsse qualquer punição aos golpistas apenas o restabelecimento da ordem democrática sem qualquer proposta de transformação ou reestrutura social. Podemos considerá-la restauradora, uma vez que não almejou mudanças políticas e não agregou outros movimentos de maior força e

desempenho, embora tentasse uma leve aproximação com os estudantes, através dos excepcionais discursos de Lacerda em meados de 1968. Tentou também contato com outras personalidades políticas, mas isso antes de se consolidar como movimento conservador e atingir de maneira direta o regime. Costa e Silva, temeroso de um tumulto nacional se a frente alcançasse o apoio estudantil, decreta seu fechamento e com o AI-5 caça a maioria de seus membros agitadores e os destitui politicamente.

Nosso trabalho não se trata do fracasso do movimento, mas como em pouco tempo ele ganha maior mobilização política e visibilidade na sociedade; e como a população se comunicava com seus ídolos e adotava princípios políticos? A maioria dos missivistas gostariam de participar de modo mais ativo do movimento buscavam engajar-se, os demais fizeram duras críticas a reviravolta política de Carlos Lacerda que teria desrespeitado os "bons costumes" se aliando à comunistas.

O aparato teórico e a análise da cultura política brasileira têm como base a memória (por que não falamos da frente? Seria pela falta de apoio social suficiente para perpetuar a memória coletiva? A falta de alianças entre os principais grupos sociais? A falta de uma ideologia ou a abundância delas?), em nosso estudo buscamos apagar a imagem de movimento esquecido, onde apenas a burguesia política participara. Desejamos mostrar que houve o interesse social para a retomada da política nacional, parte da população queria dar um basta na ditadura.

Pouco se produz e se fala sobre a Frente Ampla ou de movimentos conservadores e intelectuais na esfera política que se revoltaram contra os militares, encontramos pouco referenciais teóricos que corroboram com nossa proposta, porém tentamos estudar a participação dos conservadores em movimentos de oposição. Para esclarecimento não estamos fazendo apologia aos conservadores, afinal foram responsáveis pelo golpe tanto que se reorganizaram partidariamente (MDB e ARENA) para manter-se no poder, também alguns políticos favoráveis ao Golpe de 1964 se mostraram arrependidos e quando estavam escanteados se unem para desmobilizar o regime devido à cassação de grandes personalidades, como Juscelino Kubitschek e pelo rompimento como no caso de Lacerda com o governo ditatorial.

Na década de 1980, a publicação de coletâneas de cartas anotadas e comentadas vem crescendo como fenômeno editorial paralelo às biografias. Essa nova perspectiva historiográfica cria uma narrativa que valoriza o indivíduo, a vida privada e a cultura, junto ao retorno do político em menor duração nos modelos explicativos da História. (MALATIAN, 2011:195).

A escrita de si, faz com que o indivíduo assuma uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo ao seu redor. A palavra constitui o meio de acesso a atitudes e representações do

sujeito. Não se trata de um gênero novo, as cartas estão presente como forma literária e fonte de informação desde a Antiguidade. No século XVIII as cartas também assumiram uma dimensão educativa, passando a ser utilizadas na formação de jovens, informando e construindo a identidade do indivíduo às intensas e rápidas transformações sociais do mundo contemporâneo, preservando a historicidade e a posição do sujeito histórico pela constante utilização de referentes identitários, interiorizando normas e valores (MALATIAN, 2011:201).

As cartas adquiriram papel relevante para a expressão de sentimentos e experiências. O hábito da correspondência tornou-se difuso e alcançou diversas camadas sociais, se constituindo em prática cultural. Durante o século XIX tem sua função educacional e normativa empregadas à valores e normas de convivência; acompanhou a implementação da ordem burguesa do Ocidente buscando agregar a intimidade e privacidade nas formas de falar de si. Hábito comum em enviar informações e resultados a terceiros deu origem a cultura epistolar, submetida a códigos e regras de etiqueta.

A renovação dos estudos acerca da História Política, nos permitiu a utilização de novas narrativas. Ângela de Castro Gomes destaca a utilização das correspondências como fonte. Segundo a autora, se tornou maior o interesse de leitores por um certo gênero de escritos, a escrita de si, que engloba diários, correspondências, biografias privilegiando assim uma memória individual (GOMES, 2004:20).

Correspondências denotam a subjetividade e a sociabilidade permitindo a construção e a transmissão de uma espécie de clima emocional, que possibilita aproximações e afastamentos entre os missivistas. Por meio delas podem estabelecer relações sociais, revelando múltiplos interesses; relações entre os grupos e posicionamentos individuais; conjunturas; e definições da identidade do indivíduo na sociedade em que se insere.

Diante dessa discussão é importante destacar o conceito de cultura política. Segundo Serge Bernstein, o conceito pode se adaptar a complexidade dos comportamentos e rompe a ideia de Cultura Política no singular, considerando os vários componentes confluentes. Os valores não são estatísticos ou econômicos e sim sociais que se modificam o tempo todo.

A História Política ao estudar o comportamento dos intelectuais, valoriza também o aspecto social daquele círculo e sua ampla variedade de criadores e mediadores, com professores, escritores, jornalistas. A definição do ciclo social também se aplica aos engajados na vida política, ambos como atores sociais. A análise das correspondências possibilita o esclarecimento das ideias difusas, diferentes visões determinadas como dominantes numa época específica e seu poder de influir nos acontecimentos. Nesse caso se refere a ditadura militar, os atores sociais eram conservadores

favoráveis a intervenção militar, a implementação do regime e os movimentos contrários à repressão, em específico o movimento de políticos conservadores para restabelecer a ordem e democracia. A compreensão dessa dinâmica de influências, interpretações e estratégias, assim como a constituição das redes de sociabilidade na difusão de ideias mapeadas pelas cartas e remetentes, identifico as mediações, viés políticos e disputas dos envolvidos e suas manifestações adversas.

A escrita das cartas foi fundamental para observar os acontecimentos do Regime Militar. A população se baseia na comunicação das mídias e por manifestos públicos para se conscientizar e se sociabilizar, seja de forma amigável ou hostil ao político Carlos Lacerda e à Frente Ampla. A rede de sociabilidade desses indivíduos evidencia o diálogo nas fórmulas utilizadas para escrever de si e aguardar ansiosamente um retorno, seja otimista ou pessimista. Assim o sentimento de identidade ou inimizade com o movimento desempenha o papel de mediador de resultados quando comparamos com as manchetes da época, uma espécie de termômetro para o crescimento do *Movimento Frente Ampla* e a adequação de suas propostas para o restabelecimento da democracia ouvindo a sociedade brasileira, sejam atores políticos ou figuras com menor representatividade, um civil anônimo que vivia o duro período do regime e que gostaria de criticar ou participar da retomada do poder.

Nas missivas que analiso são revelados sentimentos de nacionalismo, de luta pela causa e outros de extrema decepção com Lacerda por abandonar os valores tradicionais da família e ter se aliado a terroristas e comunistas. O foco da análise se direcionou para a trajetória política de Carlos Lacerda, em especial os momentos de maior manifestação popular frente a repressão da ditadura, também observamos a relevância das cartas, assim como a identidade física e política de seus autores. A escolha dos correspondentes levou em conta a relevância dos conteúdos das cartas. Essa proposta de análise tem como ponto de partida uma questão de fundo: Como a população recebeu o Movimento Frente Ampla? Foi considerado o pressuposto de que as sociabilidades não se esgotam no espaço público, mas comportam aspectos da vida privada em que se manifestam com clareza a narrativa intencional construída nas cartas.

Assim, no primeiro capítulo retomamos o final da democracia para compreendermos o Golpe de 1964 e seu desdobramento, o começo do Regime Militar e as organizações sociais que tentaram fazer oposição aos governos dos ditadores, as disputas dentro do regime e as pretensões políticas de personagens que foram favoráveis a “revolução” e em seguida se voltaram contra o governo que ajudaram a construir por considera-lo demasiadamente autoritário (em especial Carlos Lacerda, Juscelino Kubistchek e Magalhães Pinto, todos foram favoráveis à indicação do nome de Castelo Brando à presidência da República). Também destacamos os fatos que ocasionaram o afastamento de

Lacerda com o governo Castelo Branco e Costa e Silva e sua tão amada UDN, sua súbita aproximação com os radicais militares – linha dura e, por fim, seu rompimento com os “revolucionários”.

Já no segundo capítulo abordamos as principais fontes, as cartas de populares e com elas faremos a análise da representatividade do Movimento Frente Ampla no decorrer dos anos iniciais da ditadura, para compreendermos a ascensão do movimento, em contraste com a cultura política e o comportamento dos principais grupos sociais que se envolveram na luta contra o regime e não se acomodaram.

CAPÍTULO 1: OS ANOS FINAIS DA DEMOCRACIA E O GOLPE DE 1964

1.1 A RENÚNCIA DE GOULART E A INSTAURAÇÃO DO GOLPE

Jânio Quadros procurou uma maneira ortodoxa para governar. Enfatizou principalmente a economia brasileira, executando um programa anti-inflacionário que atendesse às indicações do Fundo Monetário Internacional (FMI). Assim em seus primeiros meses de governo desagradou tanto a direita quanto a esquerda. Se colocando acima da questão partidária, apresentou-se de uma forma autoritária, enfraqueceu o Congresso e, por conseguinte, aumentou a centralização no Executivo adotando um modo de governo que despertava a inquietação de seus aliados liberais e ante getulista[3].

Enquanto a política interna estava cada vez mais conservadora, repleta de arrochos e com corte de investimentos públicos, a externa procurou se estabelecer independente e aberta com todos os países, a despeito de suas ideologias, o que provocou críticas de inúmeros setores que apoiavam o governo, inclusive o PSD e a UDN. Acreditava-se que o presidente almejava se tornar uma liderança do Terceiro Mundo ao não tomar partido no confronto entre EUA e URSS. Nesse período o perigo comunista atormentava a maioria dos continentes capitalistas e inclusive foi um dos motivos categóricos para a instauração do golpe no Brasil (DHBB: 2001).

Jânio Quadros designou uma base anti-getulista em seus ministérios, em especial o do trabalho, o que dificultaria a aproximação dos sindicatos aumentou a mobilização sindical, estudantil e das Ligas Camponesas, os quais não estavam contentes com as reformas econômicas implementadas.

Todavia os movimentos políticos sindicais e as Ligas Camponesas, buscando reformas progressistas, mantinham relações ambíguas com o governo: ora apoiando a política externa, ora atacando a política interna conservadora. Com a maior participação sindical no debate político, a UDN junto a setores do PSD, com o apoio de parte da imprensa e de militares conservadores, passara a defender a manutenção da constituição contra a política externa de Jânio, que segundo eles ocasionaria a instauração da subversão dentro do próprio governo com ideais comunistas através da esquerdização do país. Os atritos gerados outrora pelo populismo de Vargas, passam a ser

---

[3] O objetivo do trabalho não é enfatizar os governos pré e pós ditadura, para obter informações detalhadas sobre o governo de Jânio Quadros e o período de transição para Goulart ver: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Joao_Goulart>. Consultado em 15/08/2017.

desencadeados pelas reformas e apoiados pela esquerda no Brasil. Junto disso o caráter instável do governo causava conflitos entre as lideranças udenistas, em especial Carlos Lacerda, o qual ameaçava deixar o posto de governador da Guanabara por descontentamento com parte do governo que considerava esquerdista e reformista e com as atitudes de Jânio Quadros. Em contrapartida, as crises nacionais aumentaram com o auge da Guerra Fria ocasionando a epidemia anticomunista[4].

Devido as contínuas crises institucionais, em 25 de agosto de 1961 Jânio Quadros renúncia à presidência da república. O presidente do Congresso, Ranieri Mazzilli, assumiu interinamente o comando da nação, pois Goulart estava em viagem fora do país. Porém a perspectiva da volta de Goulart abriu um colapso no país. Desde o início de seu governo João Goulart assume a presidência de forma conturbada, com alguns representantes do Estado contrários à sua posse, em especial ministros militares, devido as suas posições políticas consideradas de esquerda. Em contrapartida, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, apoiado pelo comandante do III Exército José Machado Lopes, formou a Cadeia da Legalidade, se prontificando a lutar pela posse do vice-presidente. Esse apoio contou com vários oficiais generais de outros estados do país (CASTRO, 2017).

No dia 29 de agosto o Congresso Nacional rejeitou o pedido de impedimento contra a posse de João Goulart e começou a discutir uma medida conciliatória aprovando em 2 de setembro a Emenda Constitucional que instalou o parlamentarismo, limitando os poderes presidenciais. Em 7 de setembro de 1961, João Goulart é empossado presidente da república (DHBB:2001)

As incoerências políticas no Brasil se mostravam cada vez mais insustentáveis. A ordem institucional já vinha sendo ameaçada desde as eleições de 1950, com a eleição de Getúlio Vargas. A renúncia de Jânio Quadros em 1961 e em seguida a vitória de João Goulart junto a Cadeia Legalista, a crise militar e o parlamentarismo abriram caminho para o aumento da radicalização. Goulart remodelou seu programa de reformas de base, centralizou a defesa de reajustes salariais compatíveis com os índices inflacionários e nacionalizou algumas empresas subsidiárias estrangeiras, por exemplo, atuantes no ramo industrial. Dentre essas propostas ganhou destaque a questão agrária, no entanto a demanda não era partilhada por nomes significativos que compunham os ministérios (DHBB:2001)

---

[4] O uso do termo anticomunista se refere a abertura política externa de Jânio Quadros, deixando descontente a parcela conservadora da sociedade, adotaram termos como comunistas e radicais influenciados pelos conflitos mundiais entre capitalismo e socialismo. Todo ideal contrário ao desenvolvimento econômico capitalista era tachado de comunista. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta o ano de 1961 é o início do Grande Surto Anticomunista. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda contra o perigo vermelho, o anticomunismo Brasil. (1917 – 1964).* São Paulo. FAPESP.

O novo governo herdou uma grave crise financeira, levando Goulart a procurar financiamento com os Estados Unidos, porém não obteve sucesso nas negociações. O insucesso das negociações causou aumento inflacionário e gerou insatisfações sociais, dificultou a relação com os ministérios que não compartilhava das suas iniciativas e nesse contexto de agravamento financeiro fez com que a política de compromisso e conciliação de união nacional perdesse o sentido de sua existência, causando atritos com o presidente do conselho de ministros, Tancredo Neves. Esse se demite pelos desentendimentos e saiu do cargo também a fim de concorrer às eleições de outubro de 1962. Ainda em agosto de 1962 os ministros militares lançaram manifesto pedindo a antecipação do plebiscito sobre o sistema de governo, que também contou com a pressão exercida pelos líderes sindicais e setores nacionalistas do Exército. O plebiscito ocorreu em janeiro de 1963, seu objetivo era restaurar o presidencialismo, e os generais mais próximos a Goulart ficaram conhecidos como generais do povo (DHBB:2001).

Após o plebiscito, João Goulart tentou estabelecer um governo de conciliação procurou atentar-se aos movimentos sociais e aos grupos nacional-reformistas, tentou adotar uma política de estabilização econômica e inflacionária na contenção de gastos através do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado pelo ministro do planejamento Celso Furtado. O Plano Trienal tinha como objetivo manter as taxas de crescimento e reduzir a inflação, mas suas diretrizes provocaram novas áreas de atrito para o Executivo. Jango também começou a enfrentar a oposição do seu ministro do trabalho: compromissado com a classe operária e assalariados em geral, que representavam sua base e força eleitoral, o governo não podia ir às últimas consequências em sua política anti-inflacionária (FERREIRA, 2004).

Com o fracasso do Plano Trienal e o esgotamento do projeto de reforma agrária, Jango perdeu o controle político e militar da situação e muitos oficiais graduados do Exército passaram a aderir aos companheiros radicais que conspiravam contra o governo. Ao lado das ameaças vindas de setores conservadores, Goulart também enfrentou a deterioração de suas relações com as forças da esquerda. Sua política de conciliação entre o centro e a esquerda não apresentava resultados, tentou se empenhar em reconquistar o apoio dos setores representados pelos sindicatos, ligas camponesas e entidades estudantis. Junto aos partidos PTB, PCB, PSB, únicos segmentos com os quais poderia contar, tentou uma nova ofensiva rumo ao projeto nacional reformista (DHBB:2001).

Nessas circunstâncias a conspiração contra o governo se expandia e Goulart tinha consciência dela. A direita se preparava para derrubá-lo e sem o respaldo do PSD, para a implementação das reformas só poderia contar com as forças de esquerda para se manter fiel à política que baseara sua carreira. A situação se agravou em outubro de 1963 diante da repercussão da entrevista de Carlos

Lacerda ao jornal *Los Angeles Times*[5], na qual combatia Goulart e criticava os chefes militares. Em reação à entrevista os ministros militares solicitaram ao presidente a decretação de Estado de Sítio. O pedido foi encaminhado ao Congresso, mas diante da reação negativa da maioria dos parlamentares, Goulart se viu obrigado a retirá-lo (DELGADO, 2013:70).

Em 13 de março de 1964, Goulart buscou como alternativa o apoio junto às classes populares através de comício para anunciar as reformas nacionalistas, no qual foi duramente criticado pela oposição, classes conservadoras e pela imprensa. Nas semanas seguintes ao comício, uma revolta militar de fuzileiros navais no Rio de Janeiro apressou o processo do golpe. Jango ofereceu anistia aos fuzileiros revoltosos aumentando a insatisfação do comando das Forças Armadas, que enxergava nesse ato uma afronta a hierarquia militar, portanto inadmissível para os fatores da ordem dentro da instituição militar (DHBB:2001).

As consequências da radicalização da direita e esquerda ao comício não se deu de forma repentina. A população em geral estava descontente com o governo, em particular a esquerda nacional, que apoiou Goulart ao longo de sua trajetória política e colaborou com o início de seu governo. Esta última demonstrou seu descontentamento com ações diretas lideradas por Leonel Brizola, e o grupo que criou em 1963 a Frente de Mobilização Popular (FMP) composta pelas principais organizações de esquerda: estudantes com a União Nacional dos Estudantes (UNE); operários urbanos, com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT); a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Créditos (CONTEC). Contava também com alguns subalternos das Forças Armadas, sargentos, marinheiros, fuzileiros navais e suas associações; facções de Ligas Camponesas; grupos da esquerda revolucionária, tais como a Ação Popular (AP) e a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP); segmentos de extrema esquerda do PCB; alguns políticos do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e alguns brizolistas que lutavam pelo programa reformista, sobretudo a reforma agrária, mesmo se houvesse confronto com os mais conservadores e representantes da direita, que defendiam uma reforma mediante o pagamento do latifúndio ou metade do valor conforme previsto na Constituição de 1946 (FERREIRA 2004:103).

Todo esse aparato da esquerda segundo Jorge Ferreira em seu artigo: *Leonel Brizola, as esquerdas e a radicalização política no governo de Goulart (1961 – 1964),* consolidou a personificação da radicalização e o desgaste do governo Jango, restringindo a autonomia da

---

5 A entrevista foi publicada na íntegra pelo Tribuna da Imprensa em 03 de outubro de 1963.

autoridade do presidente. Para interpretações tendenciosas, o governo era de total poder da esquerda radical, comunista, que tentavam tomar o poder a todo custo, seja com ideais ou utilizando a própria violência.

De acordo com a análise realizada pelo autor, as constantes tentativas de implementar as reformas sem apoio do governo e sem capital, aumentaram as discrepâncias econômicas e sociais, e teve como desfecho uma reação onde uma minoria se privilegiava com a repressão, com a polícia ou Estado de Sítio, restringindo as liberdades individuais em nome da democracia, do desenvolvimento econômico e o tradicionalismo familiar, cristão. A FMP não era favorável a política de conciliação de Goulart, acreditavam na formação de um governo popular e nacionalista se apoiando na esquerda nacional.

Historiadores como Jorge Ferreira e Daniel Aarão acreditam que a radicalização da esquerda tenha se consolidado pela disputa de poder no Legislativo, com a imposição de projetos, alterações econômicas e sociais (como o derradeiro conflito entre a reforma agrária já citada) onde alguns grupos mais radicais ligados à Leonel Brizola não se preocupavam com a democracia. Desde a vitória de 1961 na posse de Goulart adquiriam maiores intenções do governo. Como representantes do quarto poder, o "povo" por intermédio de suas organizações individuais, tentaram lutar pelo governo ou por si próprias com manifestações públicas, representantes da CGT foram as ruas no mesmo dia da consolidação do Golpe de 1964 nas cidades do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Santos em prol do aumento salarial, por exemplo. Porém, durante a consolidação do golpe a esquerda foi responsabilizada pela falta de resistência e pela ofensiva perante a democracia (MATTOS, 2014:57-62).

O comício de 13 de março amenizou a pressão das esquerdas, porém agravou na direita as ideias de subversão ligados à esquerda. A intervenção realizada pelas Forças Armadas foi resultado de um longo processo conspiratório articulado por integrante do bloco político no poder, utilizando-se como subterfúgio as radicalizações de alguns grupos da esquerda, que lutavam pelas reformas dentro do jogo constitucional, reformas essas protegidas e idealizadas pelo presidente eleito de forma democrática. Os militares alegam um golpe comunista, como artifício retórico para legitimar a ação militar descabida, o autoritarismo que colocava a esquerda como comunista para tomar o poder. Os desgastes gerados pelas negociações das reformas contribuíram para a polarização do Legislativo, estimulando os parlamentares contra o governo. O PSD aproximou-se da UDN adotando uma postura frente ao processo de polarização da sociedade brasileira, reforçando o caráter conservador na luta

contra o “terror comunista e a segurança interna”[6], foi uma das justificativas por parte do golpe de 1964. (FERREIRA 2004:104).

Argelina Cheibud Figueiredo em seu livro *Democracias ou Reformas? Alternativas Democráticas À Crise Políticas: 1961-1964*, nos apresenta alternativas à radicalização política que marca os momentos finais do governo Goulart, que permitiam a efetivação das reformas de base sem a ruptura da ordem constituída, nem a esquerda ou direita possuíam apego ao regime democrático, ou seja, os agentes políticos poderiam desmantelar o poder através das radicalizações. Assim as condições que favorecessem disposições de confiança para a cooperação de atores políticos eram inexistentes, portanto há a generalizada negação de sua legitimidade e eficácia, pela confirmação ou conformismo da sociedade brasileira ao golpe.

Diante do difícil diálogo institucional o Congresso não foi capaz de incorporar os conflitos de diferentes classes, e então optou por manter os privilégios que representava a recusa de qualquer proposta reformista. Nesse contexto, integrantes da UDN e PSD planejaram a Vigília Nacional no Congresso durante o recesso parlamentar, com o objetivo de amenizar a grave situação política, econômica e social, “udenistas se referiam publicamente ao evento como uma maneira de defender a democracia brasileira perante um possível golpe de Estado” (RIBEIRO, 2014:46).

Conservadores dos principais partidos (PTB, PSD e UDN) e as instituições IPES-IBAD (respectivamente, Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática e tinham como objetivo interromper a organização de classes populares e dos grupos de esquerda) legitimaram a necessidade de intervenção militar. Os pessedistas amenizaram a situação descartando os confrontos diretos e aderiram a conspiração por subterfúgio de contribuir para a votação de projetos de grande urgência que tramitaram no Congresso. Os organizadores da Vigília como Auro de Moura Andrade esteve diretamente envolvido com a efetividade do golpe. Logo alguns pessedistas passaram a apoiar o golpe e se tornaram coorganizadores (RIBEIRO, 2014: 45-52).

A sociedade brasileira corroborou com a intervenção militar pelo movimento denominado Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que surgiu em março de 1964 com uma série de manifestações organizadas pelo clero e por entidades femininas em resposta ao comício de Jango, também em março do mesmo ano e considerada como uma ameaça comunista. A primeira manifestação ocorreu em São Paulo. No dia 19 de março dia de São José padroeiro da família, com a

---

[6] Deixamos claro que não concordamos com a expressão em destaque, acreditamos na radicalização da esquerda para exigir as reformas propostas pelo governo, porém que não foram implementadas devido a instauração do Golpe de 1964.

participação de cerca de 500 mil pessoas, foi organizada pela Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), União Cívica Feminina, Fraterna Amizade Urbana e Rural, entre outros grupos, com a articulação do deputado Antônio Sílvio da Cunha Bueno e o governador Adhemar de Barros, representado por sua esposa Leonor de Barros; e também recebeu o apoio da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Como participantes da marcha estavam presentes o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade e o governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda. Na ocasião também foi distribuído o *Manifesto ao povo do Brasil* pedindo o afastamento do presidente (LAMARÃO: 2017).

Essa iniciativa se repetiu em outras capitais após a derrubada de Goulart. No dia do golpe ocorreu a Marcha pela Vitória no Rio de Janeiro e organizada pela CAMDE com um público aproximado um milhão de pessoas. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade aconteceu em Belo Horizonte e Curitiba. Essas manifestações públicas foram consideradas pelos militares uma forma de legitimar o golpe desde seu início, "garantindo a segurança e estabilidade do país"[7].

1.2 O PÓS GOLPE E O FECHAMENTO DO REGIME

Os "revolucionários" militares e civis que conspiraram para instaurar o golpe de 1964, buscavam legitimar o movimento junto à população conforme mencionado, através de manifestações civis contra as reformas de base do governo Goulart. Porém o aporte militar foi decisivo para destituir o presidente do poder. Os militares fiéis ao governo sofreram inúmeras derrotas[8] durante os dias finais de março e início de abril de 1964. Até então desconhecidos da população, os militares aparecem na imprensa como força democrática, em especial os generais Castelo Branco e Costa e Silva se apresentaram como líderes do movimento. Os líderes civis também obtiveram destaque, entre eles o adversário histórico do trabalhismo e da esquerda em geral, o udenista Carlos Lacerda já candidato à presidência em 1965 pela Convenção Nacional da UDN (DELGADO, 2013:76).

---

[7] O termo em aspas é um destaque pelos ideais das manifestações, consolidadas em seus dados. Não concordamos com tais ideais.

[8] As derrotas mencionadas não foram batalhas físicas. Os próprios militares falam das batalhas em anedota, comparando-as com a Batalha de Itararé em 1932, episódio marcado pela falta de contato físico. DA SILVA, Murici Antônio Carlos. *Motivos da Revolução Democrática Brasileira Muricy: Palestras pronunciadas na televisão canal 2, nos dias 19 e25 de maio de 1964.* Recife: Imp. Oficial, 1964.

Com o golpe, Lacerda e Juscelino Kubitschek, que também apoiou o "movimento democrático" e votou em Castelo Branco na "eleição" indireta, eram os principais nomes das próximas eleições. Mas uma série de acontecimentos levou Lacerda a romper aos poucos com o núcleo dos revolucionários, o que acarretou na eliminação de suas pretensões eleitorais à presidência. O fim do sistema partidário e eleitoral brasileiro, ou seja, o estabelecimento de medidas autoritárias e repressivas governamentais por meio do AI-2 (institui eleições indiretas para presidência, reabre novas cassações e cria novas regras para a organização partidária, que na prática dissolveu os partidos existentes e suas bandeiras ideológicas e homologou apenas dois partidos, MDB e ARENA), significou o início desse afastamento que acabaria na busca de Lacerda por alianças com antigos adversários políticos, ato que ficou explícito com a criação da Frente Ampla. O processo de rompimento foi importante para realizar um comparativo entre os anos finais da democracia conturbada de Jango e o quadro político-institucional dos primeiros anos de ditadura (DELGADO, 2013:117).

As principais lideranças civis, os governadores de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (Magalhães Pinto, Carlos Lacerda e Adhemar de Barros) acreditavam que a intervenção militar aconteceria de forma moderada: após a restruturação do poder os militares voltariam aos quartéis e a democracia voltaria a tempo das eleições de 1965. Porém na prática, essas pretensões foram derrubadas já no início do governo Castelo Branco. Antes de se tornar presidente, o comando supremo da revolução, representado pelo General Artur da Costa e Silva, Tenente Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello e o Vice-Almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald (BRASIL:1964) com o auxílio do Executivo instaurou o primeiro ato institucional seguido de atos complementares e de leis restritivas. Essas medidas eram justificadas para consolidar o golpe e legalizar as ações do governo. O AI ou AI-1[9], instituído em 9 de abril de 1964, possibilitava alterações na Constituição, cassar mandatos e suspender direitos políticos por dez anos, demitir e aposentar servidores públicos acusados de subversão. Também determinava as eleições indiretas para o dia 11 de abril do mesmo ano. No dia 17 de julho, o Congresso aprovou a prorrogação do mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967, adiando as eleições para 3 de outubro de 1966.

Nos meses seguintes, civis, políticos, sindicalistas, estudantes, jornalistas sofreram as punições previstas pelo AI-1, executadas por representantes das Forças Armadas que tinham o apoio

---

[9] Há divergências entre a nomenclatura, de acordo com tese de doutorado de DELGADO, Márcio de Paiva. *A Frente Ampla de oposição do Regime Militar (1966-1968).* O primeiro Ato Institucional não foi numerado, mas de acordo com a legislação federal o primeiro ato foi enumerado de AI-1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm >. Acesso em: 15/08/2017.

de setores civis e políticos conservadores. Apoio que se extinguiria pelas lideranças civis, que observavam suas ambições políticas se resumirem a poucos cargos e a insatisfação com desenrolar político da ditadura, como no caso de Adhemar de Barros, que após o AI-2 articulou a possibilidade de um contragolpe junto a políticos do PCB e representantes de Grupo Rio (CARDOSO, 2014:70).

Logo após o golpe, militares da Aeronáutica, Marinha e Exército foram presos em um navio na cidade do Rio de Janeiro, entre eles o oficial Francisco Teixeira, enquadrado no AI-1 e demitido das forças armadas. O ocorrido o levou a intensificar a sua atuação política, com a intenção de alertar a sociedade civil para o problema militar, refém da tradição autoritária do Estado que se revelou em forma de golpe e contava com o apoio de parte da sociedade civil, em abril de 1964 o tenente-brigadeiro Teixeira foi intimidado a enfrentar adversidades e perseguições, após a saída de Goulart do poder e a desmobilização do setor oposicionista, que mais tarde fortaleceu o seu ideal contra a institucionalização da ditadura (CARDOSO, 2014: 71).

Apoiadores do golpe como Adhemar de Barros e Carlos Lacerda uniram-se em movimentos distintos a esse grupo de enfrentamento mais à esquerda. A resistência após 1964 foi um fenômeno que se ampliou depressa, incomodando alguns políticos que se revelaram frustrados com o autoritarismo e desejavam provocar a renúncia de Castelo Branco, realizar o contragolpe na busca de soluções para a democratização do país e atendimento das plataformas partidárias ou causas políticas personalistas (CARDOSO, 2014: 72).

No ponto de vista dos políticos tradicionais Adhemar de Barros, JK e Lacerda, a manutenção dos ideais democráticos condicionava-se ao prosseguimento das garantias de realização de pleitos eleitorais livres para todos os níveis de representação política. As exigências dos prováveis candidatos à presidência em 1965, no entanto, foram impedidas com o AI-2[10], que dificultava articulações políticas tendo em vista a mudança no sistema partidário e criação do bipartidarismo. Como resultado do AI-2, Adhemar de Barros foi afastado e a proposta do contragolpe foi lançada, mas não assumida de forma aberta, pelo brigadeiro Francisco Teixeira (representante da esquerda militar, foi taxado de comunista pelos militares que participaram do golpe). Este último era um dos principais integrantes do Grupo Rio, que tinha como objetivo mobilizar as massas para a tomada do poder, inclusive com o

---

[10] O AI-2 interferiu no poder executivo e com isso civis passaram a ser presos e processados por crimes contra Segurança Nacional, algo que cabia a Justiça Civil, estendeu o mandado de Castelo Branco até 31 de outubro de 1966, estabeleceu eleições indiretas para a presidência da República, dissolução de todos os partidos políticos então existentes, o presidente poderia decretar o estado de sítio por 180 dias sem consulta prévia ao Congresso, ordenar a intervenção federal nos estados e decretar o recesso do Congresso e demitir funcionários civis e militares “incompatíveis com a revolução”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm>. Acesso em 20/09/2017.

apoio de parte do PCB, derrubando ou provocando a renúncia do presidente. As articulações desse contragolpe dirigidas por Adhemar, foram motivadas pelas possibilidades de intervenção no governo paulista. Com seu exílio, o desfecho do movimento foi o insucesso e a dispersão do grupo. Embora exilado, junto a Carlos Lacerda, assumiu posição contrária a Castelo Branco, fazendo críticas públicas contra o governo. Posteriormente, o contragolpe ajudou a impulsionar a Frente Ampla, com ideais para restabelecer a democracia brasileira. (CARDOSO, 2014:76).

As lideranças políticas que se opunham ao governo miliar ou estavam exilados, como no caso de João Goulart e Leonel Brizola, ou estavam com seus direitos políticos cassados, como Juscelino Kubitschek, Luís Carlos Prestes, Adhemar de Barros e Jânio Quadros. Os únicos livres de qualquer punição e objeção que ofereceram alguma oposição ao governo foram os governadores Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, os quais se afastaram pouco a pouco de Castelo Branco e se aproximaram de revolucionários radicais da linha dura alegando que o governo se desvirtuou dos princípios da revolução (DELGADO, 2013:95).

Em julho de 1965 um novo Colegiado Eleitoral impossibilitou que os governadores em exercício pudessem se candidatar à reeleição no pleito de três de outubro. Dois episódios marcaram a instauração do AI-2: o primeiro quando a UDN perdeu o governo do estado da Guanabara para a coligação PSD-PTB com a eleição de Francisco Negrão Lima, e o segundo com a eleição de Israel Pinheiro em Minas Gerais pelo PSD. A derrota nas urnas nos Estados dos líderes civis da revolução aumentou a crise política e no dia 07 de outubro de 1965, mais uma vez, Carlos Lacerda acusou publicamente o governo Castelo Branco de traição, esquentando ainda mais os ânimos entre os militares e políticos em exercício. (DELGADO, 2013:114). O episódio aproximou Carlos Lacerda e Magalhães Pinto com a linha dura, revelando uma contradição, as críticas dos civis tinham como finalidade provocar a radicalização do processo de militarização do governo, e os “duros” que eram avessos aos civis corroboraram com a defesa dos direitos civis de Lacerda quando faz duras críticas ao Ministro do Planejamento Roberto Campos e a política econômica do PAEG (DELGADO, 2013:120).

Outro caso emblemático foi o dos *habeas corpus* para os governadores Mauro Borges de Goiás e Miguel Arraes de Pernambuco concedido pelo poder Judiciário. As prisões e os processos resultantes dos inquéritos policiais militares eram decididos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) contrariando o desejo dos militares linha dura e aumentando a pressão desse empasse entre os revolucionários. O STF só se resolveu com a intervenção e o decreto do AI-2 (DELGADO, 2013:96).

O AI-2 provocou o fim dos partidos políticos, concentrando ainda mais o poder do Executivo para decretar recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras dos Vereadores em qualquer circunstância, permitindo que tomasse a posição do Legislativo quando conviesse aos militares. Além de legitimar a dita institucionalização da revolução, tem o intuito de estabelecer um ponto zero no quadro político brasileiro tentando anular as diferenças ideológicas, incentivando a criação de novas organizações e a entrada de pessoas estranhas no meio político, e também o fim das antigas organizações e a cassação ou inelegibilidade de lideranças (GRINBERG, 2009:48). Além disso, o AI-2 ampliou os poderes do presidente ao determinar que o mesmo poderia decretar 180 dias de Estado de Sítio sem a aprovação prévia do Congresso. Os outros artigos autorizavam a intervenção nos cenários políticos estaduais e emissão de decretos complementares relacionados aos assuntos ligados à segurança nacional. O Ato Complementar número quatro (AC-4), em 20 de novembro, estabeleceu a nova legislação partidária visando sustentar uma aparência democrática: oficializou um sistema bipartidário em que de um lado encontrava-se a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) com maior representatividade do governo, e do outro o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que compunha uma fraca oposição controlada. A ARENA (associada a UDN, PSD e aos pessedistas do MDB que apoiaram a ditadura de forma discreta) desde o golpe tem a imagem de subordinação e adesismo aos militares, desqualificando o partido como organização que reunia forças políticas conservadoras. (GRINBERG, 2009:26).

Seguindo o gradual fechamento do regime, em cinco de fevereiro de 1966, o governo federal edita o AI-3, que estabelecia eleições indiretas para governador e vice-governador e a indicação dos prefeitos das capitais pelos governadores, com a aprovação das Assembleias Legislativas, e definia o calendário eleitoral com eleições presidenciais para 03 de outubro e para o Congresso, em 15 de novembro. Através desses dispositivos, promulgados a “fim de evitar a frustrações dos superiores objetivos da revolução e a fim de preservar a tranquilidade e harmonia política e social do país” (CALICCHIO: 2001).

No dia 20 de outubro, foi editado o AC 24 estabelecendo recesso parlamentar até 22 de novembro. Em 15 de novembro foram feitas as eleições legislativas, a ARENA ficou com 277 cadeiras contra 132 do MDB, os resultados refletem o apoio governamental e a composição partidária

de políticos por profissão e tradição[11], já que grande maioria estava presente na esfera política e pública no período democrático anterior (de 1945 a 1964) (GRINBERG. 2009:100).

Em 03 de outubro de 1966, o Congresso "elege" para a presidência da república o ministro da guerra do governo, o Marechal Artur da Costa e Silva, um dos principais representantes da linha dura, com posse marcada para 15 de março de 1967. Mas antes que o presidente assumisse, no dia 07 de dezembro de 1966 é decretado o último Ato Institucional do governo Castelo Branco, o AI-4, que convocou o Congresso Nacional para a votação e promulgação da Constituição de 1967. O novo projeto revogaria definitivamente a Constituição de 1946.

Dois dias antes da posse do novo presidente, em 13 de março de 1967, mais medidas foram tomadas para o fechamento do regime. Foi designado pelo governo federal o Decreto-Lei nº 314, estabelecendo os crimes contra a Segurança Nacional constituindo que "toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei". O decreto compreende medidas destinadas a "preservação da segurança interna e externa, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionário ou subversiva" (BRASIL: 1967).

O ano de 1968 trouxe reações mais significativas ao regime militar, o fechamento por completo do regime entrou para a memória nacional. Depois de violentos meses de protestos estudantis, greves operárias e atentados de grupos guerrilheiros, sempre com enorme repressão, em 13 de dezembro, considerado o mais repressivo e autoritário de toda a contrarreação, é instituído o AI-5 que decreta a proibição de manifestações de natureza política, além de vetar o *habeas corpus* para crimes contra a segurança nacional e crimes políticos, que poderiam ser julgados por tribunais militares (D'ARAÚJO: 1994).

O AI-5 também concedia ao presidente enormes poderes, como fechar o Congresso, demitir, remover ou aposentar qualquer funcionário, cassar mandados parlamentares e suspender direitos políticos de quaisquer pessoas. O Ato Institucional Número Cinco foi o quinto de uma série de decretos emitidos pelo regime militar nos anos seguintes ao golpe de 1964, redigido pelo presidente Costa e Silva em resposta a um episódio menor, um discurso do deputado Márcio Moreira Alves pedindo aos brasileiros que boicotassem as festividades do dia 7 de setembro. Na mesma ocasião a publicação de uma série de artigos no *Correio da Manhã*, escritos pelo deputado do MDB Hermano

---

[11] Termo utilizado no século XX, ligado à concepção política e partidária, definindo como aquele que possui carreira política.

Alves, corroborou para o fortalecimento da linha dura do regime, como exemplifica Maria Celina D'Araújo:

> O ministro do Exército, Costa e Silva, atendendo ao apelo de seus colegas militares e do Conselho de Segurança Nacional, declarou que esses pronunciamentos eram "ofensas e provocações irresponsáveis e intoleráveis".
>
> O governo solicitou então ao Congresso a cassação dos dois deputados. Seguiram-se dias tensos no cenário político, entrecortados pela visita da rainha da Inglaterra ao Brasil, e no dia 12 de dezembro a Câmara recusou, por uma diferença de 75 votos (e com a colaboração da própria Arena), o pedido de licença para processar Márcio Moreira Alves. No dia seguinte foi baixado o AI-5, que autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a decretar o recesso do Congresso Nacional (…).
>
> No preâmbulo do ato, dizia-se ser essa uma necessidade para atingir os objetivos da revolução, "com vistas a encontrar os meios indispensáveis para a obra de reconstrução econômica, financeira e moral do país". No mesmo dia foi decretado o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado - só em outubro de 1969 o Congresso seria reaberto, para referendar a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a Presidência da República (D'ARAÚJO: 1994: 50).

Ao final do mês de dezembro de 1968, 11 deputados federais foram cassados, entre eles Moreira Alves e Hermano Alves. A lista de cassações aumentou no mês de janeiro de 1969, atingindo não só parlamentares, mas até ministros do Supremo Tribunal Federal. O AI-5 se impunha como instrumento de intolerância em um momento de polarização ideológica.

1.3 MOVIMENTO FRENTE AMPLA

A figura pública de Carlos Lacerda está presente em várias narrativas históricas. Sua trajetória política é herança familiar. Iniciou sua vida profissional escrevendo artigos para o *Diário de Notícias*, mostrando-se desde o início de sua vida política como opositor aos ideais comunistas, trabalhistas e populistas, porém essa guinada se deu no Estado Novo, tivera antes uma breve passagem pela ANL como membro e militante. Durante o governo Vargas foi ferrenho opositor da esquerda nacional (1945). Já na UDN como um dos *bacharéis históricos*, compôs a oposição e o constante debate contra o PCB, PTB e PSD (DELGADO, 2013:51).

Ao longo desse trabalho destaca-se sua participação assídua contra o governo Goulart, em todos os mandatos presidenciais onde ele faz drásticas críticas aos presidentes com ideologia

populista, ideias direcionadas as classes sociais e o crescimento nacionalista. Em seus discursos acalorados sempre pediu junto ao TSE a verificação e legitimidade das eleições, quando não acatadas suas denúncias ou com resultados desfavoráveis aos seus pedidos se dirigiria publicamente em sua coluna ou, depois, em seu jornal, ambos denominados *Tribuna da Imprensa*, solicitando a deposição dos presidentes, via intervenção militar, clamando à população brasileira pelo bem-estar da família tradicional brasileira e pela democracia nacional (DELGADO, 2005:13). É perceptível que essas interferências seriam para benefício próprio, pois sempre almejou a candidatura à presidência ao longo de sua trajetória política.

Em 1964, durante o processo de conspiração ao Golpe Militar em Convenção Nacional da UDN, foi formalizada sua candidatura para as eleições de 1965. Após a instauração do regime, os direitos políticos do até então senador de Goiás, Juscelino Kubitschek, foram cassados em 8 de junho, eliminando, portanto, seu principal adversário para as eleições diretas. Entretanto, com a aprovação da prorrogação do mandato de Castelo Branco pelo Congresso, Lacerda começou a enxergar ameaças à sua candidatura. Assim ele se afastou aos poucos dos "revolucionários", criticando severamente o Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG, em outros episódios abordarei sua oposição ao governo de Castelo Branco, seguindo sua trajetória de opositor aos governos que ele próprio ajudou a estabelecer, vindo a público denunciar a repressão e o autoritarismo do regime militar (LAMARÃO:2016).

O processo gradativo de fechamento do regime, colocou as principais lideranças políticas num impasse: ou aderiam ao governo militar ou eram afastadas por expedientes autoritários ligados a Segurança Nacional. Os opositores foram exilados, como no caso de João Goulart, Leonel Brizola e Miguel Arraes; outros tiveram seus direitos políticos cassados, como Juscelino Kubitschek, Luís Carlos Prestes, Adhemar de Barros e Jânio Quadros. Carlos Lacerda se afastou do governo da Guanabara em 4 de novembro de 1965 em protesto contra a derrota de Carlos Flexa Ribeiro, até então seu secretário de Educação. Lacerda foi um dos principais oposicionistas do meio político com seus direitos plenos à ditadura, já que o MDB embora se considerasse oposição, não realizava oposição efetiva (DELGADO, 2013: 127).

Logo após a derrota de seu sucessor indicado pela UDN na Guanabara, rompeu em definitivo com Castelo Branco. Durante o AI-2 que decretava o fim das organizações políticas até então existentes e o surgimento do bipartidarismo, a maioria dos membros do partido se aliaram à ARENA, porém Lacerda não se aliou a nenhum partido e em 1966 tentou criar um terceiro partido, o PAREDE – Partido da Renovação Democrática, mas a tentativa foi frustrada por não atingir as exigências

estipuladas pelo AC-4 e tem seu registro eleitoral negado (DELGADO, 2013:122). O Ato Complementar tem uma série de exigências que Lacerda não consegui cumprir.

> (..) Art. 2º Os promoventes fixarão em documento:
>
> a) os objetivos da organização;
>
> b) a denominação, o modo de administração e o de representação Judicial e extrajudicial;
>
> c) os membros, em número mínimo de 15, que integrarão a Comissão Diretora Nacional e a forma de constituição e funcionamento das Convenções;
>
> d) a indicação de comissões diretoras regionais com o número mínimo de 9 membros, nos Estados e Territórios, e a atribuição de poderes a elas conferidos pela Comissão Diretora Nacional;
>
> Art. 3º A Comissão Diretora Nacional requererá ao Tribunal Superior Eleitoral o registro da organização, juntando ao requerimento cópia autêntica do documento referido no art. 2º.
>
> Parágrafo único. Deferido o registro, dentro do prazo de 10 dias, o Tribunal comunicará o deferimento aos Tribunais Regionais Eleitorais, fazendo constar da comunicação os nomes dos componentes da Comissão Regional constituída.
>
> Art. 4º Entre as atribuições da Comissão Diretora Regional se inclui, obrigatoriamente, a de designar Comissões Diretoras Municipais, com o número mínimo de 7 membros.
>
> §1º Nos Estados e nos Municípios, as Comissões diretoras designarão até 3 representantes junto à Justiça Eleitoral.
>
> §2º A Comissão Diretora Regional poderá deixar de designar comissão diretora para o Município da Capital, caso em que exercerá as atribuições que a estas caberiam (…) (BRASIL: 1965).

O AI-2 causou grande revolta e os movimentos de oposição passaram a ser mais radicais. Em julho de 1966, um atentado à bomba no aeroporto de Guararapes, em Recife, organizado pela Ação Popular (AP), ficou marcado por ter matado e ferido várias pessoas. O objetivo do atentado era matar o candidato à presidente, o general Costa e Silva[12]. Os movimentos populares e os atentados, assim como a guerrilha, eram formas de lutar e resistir contra a repressão do Estado.

Já com relação a Carlos Lacerda o AI-2 representou o rompimento definitivo de Lacerda com o governo castelista confirmando a militarização do regime, o fim do sistema partidário pré-64 e das eleições diretas. O grupo que se dizia revolucionário efetuou todas as manobras que julgavam ser praticadas por Goulart, se mantendo no poder por tempo indeterminado prorrogando mandatos,

---

[12] A Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara ainda analisa o caso, devido a novos documentos que refutam a autoria do atentado; para mais informações consultar: <http://memorialdademocracia.com.br/card/ costa-e-silva-escapa-de-atentado>. Acesso em 15/08/2017.

eliminou seus adversários afastando lideranças civis em processos decisórios e direcionaram sua política de desenvolvimento pelo maior tempo possível, com a manutenção do PAEG (DELGADO, 2013: 105).

Em contrapartida ao fracasso do PAREDE, Carlos Lacerda começou a criar um movimento político oposicionista e conservador, denominado Frente Ampla. Outros movimentos considerados de direita ou conservadores foram criados no mesmo período que a Frente, como o movimento paulista denominado Contragolpe, organizado por Adhemar de Barros, que também tentava a renúncia do presidente e o restabelecimento da democracia no país (DELGADO, 2013:122).

Por iniciativa do emedebista Renato Archer, um dos principais articuladores e secretário-geral do movimento que intermediou o contato entre Lacerda e JK na tentativa de um entendimento acerca dos matizes do movimento, outros membros iniciavam as conversações para efetivar a organização tentando obter mais membros e ideais para a concretização da Frente Ampla. (CARDOSO, 2014:74).

Movimento estudantil, guerrilha urbana e rural, MDB, movimento sindical, Igreja e expressões artísticas e intelectuais são os principais atores e grupos lembrados pela memória nacional quando se fala em oposição ao Regime Militar do Brasil. Essa memória coletiva é percebida e de certo modo reproduzida pela narrativa histórica, presente em livros, no ensino e em espaços midiáticos, TV, teatro, cinema, etc. Porém, a memória de movimentos conservadores é esquecida, assim como as participações populares pedindo a intervenção militar no início da ditadura, sem intencionar um ponto crítico ou permanecer com a luta entre memória de direita ou esquerda, com maior ou menor importância no campo da *cultura política* (o termo grafado será melhor tratado no desenvolvimento desse trabalho). Os movimentos de redemocratização pacífico e que reuniu figuras civis com destaque na esfera pública nos desperta certa curiosidade. A Frente Ampla se apresentou como alternativa de oposição com forte dialogo presente na imprensa, e em nenhum momento escondeu o passado dos apoiadores do golpe. Porém, através das diretrizes do manifesto busca a volta da legalidade democrática e os "direitos do povo"[13], e tem como principal organizador Lacerda, que buscava aplicar suas propostas numa possível candidatura em 1970 e para isso se aliou a antigas desavenças políticas, tentando agregar maior clamor social, através de adeptos às ideologias de Jango e JK. A estratégia polêmica foi recusada por alguns correligionários por ser considerada ampla demais e por acreditarem na impossibilidade de reconciliação e trabalho em conjunto de figuras tão diferentes.

---

[13] O termo em destaque condiz com o documento original da Frente Ampla, disponível nos anexos deste trabalho.

Ao falarmos em Frente Ampla o nome de Carlos Lacerda é automaticamente relacionado ao movimento. Sua personalidade política é lembrada devido a sua trajetória política, popularidade, por permanecer com seus direitos políticos e também por manifestar abertamente sua oposição aos governos militares após o golpe. As outras personalidades políticas eram os derrotados do golpe de 1964. Pela amplitude do movimento, entendiam que seria possível contagiar a todos, civis e políticos, através de suas origens políticas e de suas ideologias distintas. Conforme o governo de Castelo Branco e sua operação limpeza destituía de cargos políticos e cargos dos exércitos, mais representantes políticos e das Forças Armadas se tornaram adeptos da oposição (DELGADO, 2013: 129). Portanto, alguns políticos conservadores ensaiavam uma posição pacifista contra a ditadura já era mencionado e articulado antes mesmo de se falar na Frente Ampla. A consolidação do movimento teve duas vertentes: uma envolvendo trabalhistas e comunistas com diálogos já nas eleições estaduais de 1965, e a outra envolvendo lacerdistas e devotos de Kubitschek. Em meados de 1967 a consolidação oficial se deu através da entrada oficial de João Goulart.

JK apoiou a emissão do manifesto redigido por Lacerda. Em finais de 1966, foi publicado o *Manifesto Frente Ampla*[14]. Ao publicá-lo houve pressão de elementos dos órgãos de Segurança Nacional a fim de cassar os direitos políticos de Lacerda, mas devido a linha dura, o pedido de cassação não foi aceito (DELGADO, 2013:120). Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda criaram a *Declaração de Lisboa*[15] em 19 de novembro de 1966, outros documentos como o *Pacto de Montevidéu*[16] em 25 de setembro de 1967 são os documentos de formação da organização e defendiam a superação das diferenças políticas e ideológicas em "nome da união nacional" pela volta da democracia e um projeto de desenvolvimento econômico nacionalista. A Frente Ampla possuiu diferentes matrizes ideológicas para combater a política de arbítrio do primeiro governo militar. O

---

[14] O Manifesto Frente Ampla publicado pelos jornais não tinha a assinatura de Juscelino Kubitschek, porém declarou seu apoio à organização. A redemocratização do país pelas eleições livres e diretas, reformas dos partidos e instituições, retomada do desenvolvimento econômico são os temas divulgado pelo manifesto. Lacerda se dirige ao povo para informar-lhes o que pretende fazer. "Ao povo me dirijo para dar satisfações do que procurei fazer. Procuro por vários representantes das correntes democráticas, concordei num entendimento que, acima das pessoas e suas divergências, pudesse definir rumos para o Brasil". O documento está disponível nos anexos desse trabalho. Documentos básicos da Frente Ampla, p.3.

[15] Declaração de Lisboa também disponível nos documentos básicos da Frente Ampla. Trata-se encontro de Lacerda e JK para discutir os rumos do Brasil, superando as divergências e visa demonstrar o respeito pelos interesses do povo brasileiro, convocando a população em especial os jovens para se mobilizar "pela união para a liberdade, liberdade para paz e paz ao desenvolvimento". Documentos básicos da Frente, p.13.

[16] O encontro para formular o Pacto de Montevidéu foi destaque da Revista Fatos e Fotos. Brasília, 07 de outubro de 1967, edição 349. Disponível no Arquivo Obras Raras, Acervo Carlos Lacerda – Biblioteca Central – UnB, Brasília. Série: Vida Política (PO), subsérie: Militância Política (PO.01).

movimento também nasceu interligado ao recém-criado MDB, com o envolvimento do deputado Renato Archer.

A entrada de Goulart deu uma nova dinâmica para o movimento. Além de englobar o núcleo trabalhista, a Frente Ampla ganhou mais visibilidade na mídia. Os governistas se referiam ao movimento como subversivo e negativo e consideravam um perigo real ao governo colocando em risco o projeto político com as agitações populares (manifestações e protestos nas ruas). O próximo passo da organização seria consolidar sua aliança com elementos comunistas, preocupando ainda mais à ditadura. Havia outro grupo ativo e organizado que preocupava o regime militar: a União dos Estudantes, que ocupavam as ruas em protestos incisivos contra a ditadura (DELGADO, 2013:175).

Uma das dificuldades da interação com os estudantes era a inconsistência ideológica, agrupando várias correntes conflitantes entre si. De qualquer formar, os finais de 1967 e início de 1968 são marcados por atos e mobilizações com bases nos sindicatos e lideranças estudantis. Nesse período Archer começa a distribuir junto a imprensa, Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais, associações estudantis e eventos públicos, cartilhas intituladas "Documentos Básicos da Frente Ampla"[17], que reuniam o manifesto de criação e declarações oficiais de seus principais membros. Lacerda recebia uma série de convites para discursar em formaturas, assembleias e em espaços sindicais de diversos estados para divulgar a Frente Ampla, além de criticar o governo pela violência e repressões[18].

Os eventos marcaram o início de uma série de atos em prol da Frente Ampla e coincidiram com as manifestações estudantis realizadas em todo o país em repúdio à violência policial que causou a morte do estudante Edson Luís em 28 de março de 1968, no Rio de Janeiro[19].

A Frente Ampla deixou de ser um movimento de jornais, as mobilizações estavam começando a intensificar suas ações populares e ganhar cada vez mais adesões populares. O temor do governo Costa e Silva era compreensível, os movimentos estudantis estavam cada vez maiores e mais intensos

---

[17] Documentos disponíveis no Arquivo Obras Raras, Acervo Carlos Lacerda – Biblioteca Central – UnB, Brasília. Série: Vida Política (PO), subsérie: Militância Política (PO.01).

[18] Cópias desses discursos também estão presentes no Arquivo Carlos Lacerda UnB, com um compilado de documentos da Frente Ampla. Série: Vida Política, subsérie: Militância Política (PO.01), dossiês 08 e 09.

[19] O estudante secundarista foi assassinado pela polícia em decorrência dos protestos iniciados no restaurante estudantil Calabouço, no centro do Rio de janeiro, que provocou uma onda de indignação nacional que tomou as ruas, jornais. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2013/03/ha-45-anos-a-morte-do-estudante-edson-luis-mobilizou-o-pais>. Acesso em 15/08/2017.

e poderia assumir proporções inimagináveis se deixassem a autonomia e tomassem partido de algum movimento político contrário à ditadura.

O Movimento Frente Ampla, atento aos movimentos estudantis, foi a primeira liderança política que prestou solidariedade as lideranças estudantis[20]. As pressões dos ministros militares aumentavam e exigiam do governo uma atitude contra o movimento. O ministro da justiça Gama e Silva, alarmado com o aumento da oposição, por meio dos protestos e a contínua crise política emitiu a Portaria nº 177 em abril de 1968, a qual proibia qualquer manifestação da Frente Ampla ou em nome do movimento, que responderia por crime político baseado no Decreto-Lei nº 314.

A portaria foi divulgada na íntegra em vários jornais e os cassados que se manifestassem seriam presos em flagrante e sujeitos a inquéritos. No dia posterior a portaria, em tom de provocação Lacerda lançou a União Popular (DELGADO, 2013:201). Os meses seguinte seriam marcados pelo aumento da radicalização política, o que culminou com a decretação do AI-5. Carlos Lacerda estava na lista de cassados por 10 anos e em seguida detido. Na prisão fez greve de fome em forma de protesto, mas com intervenções de amigos e da família foi libertado e mais tarde abandonou a vida pública.

---

[20] Ato público transmitido pela mídia, principalmente pelo Jornal do Brasil na edição de 03 de abril de 1968.

CAPÍTULO 2: CULTURA POLÍTICA, MEMÓRIA E SUA REPRESENTAÇÃO NAS MISSIVAS

2.1 CULTURA POLÍTICA: UMA BREVE ANÁLISE

A Frente Ampla não conseguiu implementar os ideais do movimento e seus objetivos como a reorganização partidária, retorno da democracia anterior ao Regime Militar não voltariam tão cedo ao Brasil, seus líderes e suas trajetórias políticas não foram suficientes para abarcar novos membros e convencer a sociedade brasileira para confrontar o governo através do espaço público, político e em meios decisórios oficiais.

Logo no início do movimento, dois de seus principais líderes já estavam com os mandatos cassados, porém continuam defensores da construção da Frente Ampla. Já os não cassados, que participaram do movimento perderam seus direitos políticos com o fechamento do regime e na sequência da publicação dos Atos Institucionais, em especial o AI-5 em finais de 1968.

Os adversários públicos da ditadura não aderiram à Frente Ampla por não acreditar nas intenções do projeto e por considerá-lo amplo demais. Outros optaram pela luta em espaços institucionais, mesmo sem autonomia, ou com pouca representatividade como no caso do MDB, cujo alguns membros aderiram as diretrizes da mobilização e se tornaram essenciais para as negociações entre Lacerda, Goulart e JK (enfatizo a participação de Renato Archer secretário oficial da Frente Ampla) (DELGADO, 2013:50). A falta de apoio social no contexto ideológico se aplica em como a sociedade encara questões democráticas, a representatividade partidária e as instituições públicas.

Historiadores como Jorge Ferreira e Daniel Aarão, admitiram a resistência e o engajamento de determinados grupos mais radicais da esquerda contrários à ditadura, formados por jovens (muito deles estudantes), antigos dissidentes comunistas e do grupo de Brizola, que almejavam derrubar o regime com armas, mas de forma geral acredita-se em uma falta de interesse ou descrença pelos discursos políticos, já que o regime se legitimava cada vez mais autoritário (DELGADO, 2013:137).

É interessante observar como a população se relaciona com a política em suas práticas cotidianas e suas interações sociais, para compreendermos essas relações significativas analisamos as características culturais em face aos fenômenos políticos.

René Rémond, em seus estudos sobre a Nova História Política traz novas abordagens e interações com outras áreas de estudo, como as ciências sociais, analisando os fatos políticos e a pluridisciplinaridade dando novos significados à noção da política no processo histórico. Em geral, a política é entendida como jogo de coalizões e choques de interesse que os vários grupos de uma sociedade travam na esfera política, em busca de controle ou influência em meios decisórios. Numa democracia os principais projetos políticos precisam ter uma identificação com os servidores civis e militares, representação e repercussão junto aos partidos políticos e suas lideranças formando alianças e influência com líderes, grupos de interesse organizados e atores de diversos grupos econômicos, um canal de contato direto com a sociedade (RÉMOND, 2013: 13-36).

Atualmente a historiografia tem grandes influências de fatores culturais, a política não poderia ser exceção, permitindo uma abordagem culturalista dos fenômenos relacionados às disputas de poder. O termo cultura política foi construído no século XX, mas seus ideais foram inspirados em autores pertencentes a outros períodos, Alexis Tocqueville em *A Democracia na América* analisou a organização política norte-americana, que derivava não só das instituições, mas tinha relação com os hábitos e costumes daquele povo, o que chamou de *hábitos de coração*, o termo foi aprimorado por cientistas sociais responsáveis em elaborar o argumento de que o funcionamento dos sistemas políticos dependeria de fatores culturais (MOTTA, 2009:15). No início o conceito implicava certa hierarquização, a compreensão de que alguns povos possuem cultura política, são mais avançados enquanto outros (inferiores) teriam essa noção incompleta, nos casos de ausência era necessário desenvolver a cultura política para os povos desprovidos, forjando-a para cultivá-la.

Por volta de 1950 e 1960 seu status acadêmico se inicia em meio ao debate entre as ciências sociais estadunidenses, a motivação dos autores ao discutir o tema era compreender a origem dos sistemas políticos democráticos, tendo o homem como ator político racional, alguns cientistas sociais começaram a formular hipóteses de que democracias estáveis demandavam cidadãos com valores e atitudes políticas, ou seja, a presença de uma cultura política. Outro fator no contexto democrático foi a disputa de modelos de desenvolvimento global, em relação a modernidade implementado nos Estados Unidos pós Segunda Guerra Mundial (MOTTA, 2009:16).

As questões políticas e ideologias se intensificaram no pós-guerra, nos estudos de Gabriel Almond e Sidney Verba, os autores entendiam que a compreensão das ações políticas demandava enfoque capaz de entender à influência de valores, sentimentos e tradições, criaram tipologias

para diferenciar as formas de cultura política, entre os fatores encontramos a *política paroquial, cultura política de sujeição e cultura política participativa*, a última corresponde ao estágio superior e meta a ser seguida por povos atrasados na corrida para a democracia e em combinação com as demais estruturas originava à cultura cívica. A paroquial caracterizada pelas sociedades ignotas nas quais o religioso e o político são indissociáveis e não há engajamento do indivíduo em questões políticas; *política de sujeição* há consciência do sujeito sobre questões políticas, mas se diferencia em relação ao engajamento individual nos processos de elaboração, articulação e decisão do político. A mais elaborada e ideal seria a participativa onde há o engajamento direto nas questões políticas, enquanto as demais se comportam maneira passiva em relação às instituições. Onde a cultura política participativa é majoritária, as demais classificações, assim como subculturas existiram e fazem parte da cultura cívica, a partir dessa tentativa de conceituação, a categoria cultura política passou por várias transformações, o intuito do trabalho não é estender tal analise mas em estudos posteriores os mesmos autores destacam a cultura política como um conjunto de saberes, percepções de avaliações e atitudes que permitem aos cidadãos ordenar e interpretar processos, instituições políticas em suas próprias relações (MOTTA, 2009:20-26).

Serge Berstein considera a cultura política como fenômeno integrante da ideologia, considerando a pluralidade das culturas políticas, buscando identificar as diferentes formas que integram e disputam o mesmo espaço nacional, assim se privilegia os estudos das culturas políticas comunistas, socialistas, liberal, conservadora, republicana, denominando-as como famílias políticas (BERSTEIN, 1998:354). A renovação da cultura política e sua apropriação pela historiografia se faz, pela História Política evocando vias culturais para explicar comportamentos dos atores políticos em determinado momento histórico.

Ao comparar as análises desses autores, e na tentativa de uma adequação conceitual, podemos classificar cultura política como conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo e expressa uma identidade coletiva, fornecendo leituras comuns do passado e inspiração para projetos políticos futuros. Não devemos acreditar plenamente e encarar como realidade as diferentes culturas políticas, o conceito pode ser influenciado por valores de diferentes ideologias, também não permanece imutável, mas há a manutenção de características que garante sua identidade, pode-se adaptar as mudanças sociais e trazer à tona novos problemas (BERSTEIN, 1998:356).

O perfil social da reprodução de cultura política (família, instituições, corporações militares, partidos e sindicatos) categorizam as escolhas políticas dos indivíduos e são determinadas pelo seu convívio, assim como os vetores de socialização, como religião, ideologia e até mesmo o Estado interferem em sua formação e também os veículos de disseminação, como a mídia, periódicos, livros. Os grupos mais abrangentes (família, igreja) interferem de imediato, a identificação aos valores defendidos pelo grupo, de modo que a escolha política se revele fidedigna. A comunicação e a divulgação são usadas acinte para disseminar valores, textos e imagens nos jornais são utilizados para construção de símbolos, mitos e dogmas morais incorporados por muitas pessoas em seus grupos de convívio.

Constantemente se confunde os partidos e suas formações partidárias e políticas públicas, porém as culturas políticas são construções que sobressaem as instituições partidárias, em certos casos auxilia na origem de suas organizações. O conceito pode ser aplicado a espaços sociais diferenciados, servindo para designar a coletividade em projetos específicos de ordenamento social (correntes como liberalismo, socialismo, etc.) até grupos regionais e nacionais, por isso sua conceituação se diferencia entre singular (espaço social) e plural (grupo nacional, regional).

No Brasil, por exemplo, convivemos com culturas e subculturas que disputam espaço nacional e podem divergir e carregar características semelhantes em função de determinado pertencimento comum, convergindo com diversas formas de manifestações e representações políticas, por meio de novas abordagens como o estudo do comportamento eleitoral, funcionamento de grupos de pressão, opinião pública, buscando explicar as práticas coletivas e os comportamentos sociais através do processo de conquista, funcionamento, disputa e manutenção do poder reconhecendo os fatores culturais e simbólicos, assim como suas representações e valores.

Devemos ter cuidado com os termos cultura política e política cultural que se diferenciam. Com relação ao segundo termo pode ser definida como conjunto de ações de determinado Estado ou agentes políticos direcionados à cultura, algumas culturas políticas podem ser motivo de inspiração para se criar políticas culturais. Os estudos dedicados às culturas políticas revelam outras dimensões explicativas para os fenômenos políticos, como a força dos sentimentos (paixão, medo) e a fidelidade a tradições (família, religião) e a adesão de valores (moral, honra, patriotismo). A base da categoria cultura política está na percepção de que parte das pessoas adere menos pela concordância, ideias e mais por se identificar com os valores e tradições representadas pelo grupo (MOTTA, 2009:27).

Durante a ditadura brasileira houve repressão e expurgos, mas a violência contou com o uso de mecanismos legais, uma das razões pela lenta transição política no país se compararmos com outros países latino-americanos que também passaram por ditaduras. A presença da tradição conciliatória não caracteriza a cultura política, no caso brasileiro temos outros laços frágeis entre povo e cidadania, a modesta participação popular na política como apontamos ocorre em manifestações pontuais, explosivas em descontentamento com o regime:

> No campo político, há inúmeros exemplos para mostrar situações em que representações imprimem rumo à realidade, o terror ao comunismo, frequentemente desproporcional à força efetiva dos revolucionários, abrindo caminho a golpes de Estado e a regimes autoritários, a cultura política resulta da sobreposição entre práticas e representações (MOTTA, 2009:22).

A partir da epistemologia do termo política cultural, não apenas sua formalidade institucional, mas uma rede de relações sociológica e histórica articuladas entre membros e grupos de uma sociedade, valorizando seus complexos aspectos culturais, há uma melhor adesão aos códigos sociais compartilhados que também podem ser formados por outras culturas políticas, enriquecendo-se mutualmente, embora possa ocorrer conflitos, mas adapta-se à conjuntura da identidade do indivíduo e da sociedade que está inserido. O questionamento proveniente de tal análise nos indaga por que boa parte da sociedade que se uniu ao golpe por valores morais e tradicionais, não aderiram ao movimento conservador que restituiria a conjuntura nacional e destituiria a “democracia vigiada” do regime, enfim reconhecer o fracasso da Frente Ampla é conhecer parte de nossa cultura política.

O movimento Frente Ampla surge num período onde o autoritarismo e a centralização dos poderes no Executivo se apresentavam como prática institucional e as Forças Armadas valiam-se do poder coercivo do Estado para conter a oposição. Tratando-se de um movimento político voltado para a formação de opinião pública em busca pela redemocratização, era necessário a formação de um contexto de liberdade, organização e mobilização civil, como também uma cultura política predominante na sociedade brasileira. (DELGADO, 2013:35).

Seus líderes procuraram uma verdadeira amplitude que englobasse as principais culturas políticas do Brasil, acredita-se que esse catalisador poderia sintetizar aquela que seria predominante, isto é, a democracia. A frente tentou aliar diversas correntes ideológicas como o liberalismo conservador, trabalhismo e o populismo nacional e sindical, seu fracasso decorre num contexto autoritário representado por militares que repudiavam os traidores e o passado populista, assim como o “perigo comunista”. A característica conformista apostava num diálogo entre civis

e militares, em mudanças estruturais, deixando de lado a cultura de grupos guerrilheiros, radicais e do movimento estudantil.

A articulação política da Frente Ampla foi realizada por arranjos de seus líderes, não envolveu mecanismos de consulta e deliberação social, seu alcance dependeria da possibilidade que favoreciam à mobilização popular, apenas no período de maior conflito, meados de 1968, ganha visibilidade e aumenta sua atuação civil através do principal canal de comunicação junto à sociedade civil, a imprensa com reportagens, entrevistas, declarações e artigos políticos publicados nos principais jornais de circulação nacional durante o período mostram que a Frente Ampla não era apenas uma conspiração (DELGADO, 2013:36).

2.2 A REPRESENTAÇÃO DA MEMÓRIA NAS CARTAS

O passado não é limitado a fatos que aprisionam um determinado tempo, ao contrário do contexto generalizado, constrói significado para sua existência conflituosa representada pela disputa entre memória e história. Há um presente que lhe serve de lugar de produção e contraste da lembrança recorrente, que continua quieto, mas presente e emergente nos momentos inoportunos que nos vem à tona quando menos esperamos, fugindo do controle da nossa própria vontade se manifestando fora do consciente podendo ou não ser libertador de lembranças (SARLO, 2007:9).

A narrativa desenvolvida por Beatriz Sarlo (SARLO:2007) abrange a categoria e posicionamento diante da passagem temporal, a problematização do passado e sua perspectiva da representação contribui para a valorização demasiada do testemunho, da produção de discursos e a divulgação dos fatos. A análise da experiência ligada a pessoa e sua voz, presença efetiva do sujeito no passado através do relato, da fala ao passado ou do passado proporciona à experiência narrativa e promove a transformação da linguagem desmitificando o aspecto conotativo da mudez, o estudo de Walter Benjamin ressalta que relembrar o choque da Primeira Guerra e relatar a experiência vivida seria algo incomunicável. A memória do esquecimento corrobora à um passado de sofrimento e angustia, impossibilitando a eloquência do relato, também abolindo a vivência na qual o sujeito opta por seguir em frente e deixar o passado de lado (SARLO, 2007:25).

O presente e memória estabelecem o pano de fundo para a reaparição emblemática do saber histórico deslocado durante os anos oitocentistas em função da ênfase nos documentos escritos como fontes privilegiadas para o historiador, mas que na segunda metade do século XX, retornou com seu

estatuto ético e epistemológico problematizado: a testemunha. “Uma testemunha, hoje, é antes de mais nada a voz e o rosto de uma vítima, de um sobrevivente que se escuta, que se faz falar, que se registra e que se filma”. Para Paul Ricoeur, o relato testemunhal se encontra no início do processo epistemológico que subsidia o conhecimento histórico. A atenção a essa figura, por sua vez, conduz a uma reflexão historiográfica, no sentido de “questionar o papel deste personagem banal, familiar e, no entanto, estranho, que é o historiador em nossas sociedades” (NICOLAZZI, 2011: 238).

Já na modernidade, ao contrário do que se parecia nas últimas décadas, o passado não enfraqueceu, o narrador perderia o domínio de sua história que está presente nas diferentes formar de representação, lembranças, comemorações, lamentos e em outras tentativas de construí-lo, como monumento através da museificação, produção de romances e filmes com temáticas históricas e a realização de histórias da vida privada. Discutindo a relação entre o passado e a memória em seus usos além dos limites jurídicos e morais do testemunho, mas sim em seus usos públicos, examinando essa relação de confiança como ícone de verdade ou recurso para reconstituição do passado (SARLO, 2007:19).

As cartas sempre suscitaram em seus autores ou destinatários sentimentos ambivalentes de desejo de preservação ou destruição, mas outro interesse permitiu que as cartas sobrevivessem silenciosas em arquivos pessoais, o desejo de salvar vestígio de vidas, de laços estabelecidos de afetos experimentados. O historiador ao ter acesso às cartas interioriza as hipóteses de sua extensão histórica e a cultura da época, o público e o privado se entrelaçam, constituindo a singularidade do indivíduo no espaço coletivo, o processo de formação da identidade se define e redefine constantemente e elimina qualquer coerência e continuidade expressando dimensões culturais do sujeito (MALATIAN, 2011 :200).

Sarlo observa a ligação do passado recente relacionado aos acontecimentos na Argentina, sobretudo após a ditadura militar (1976-1983) algumas questões não eram tratadas a fundo e com muita cautela, causando uma espécie de acerto de contas entre as vítimas das arbitrariedades do regime e seus agentes. Em seguida, se tornou possível ter o conhecimento de relatos daqueles que sofreram as medidas violentas e repressivas do regime, a memória argentina e de outros países latino-americanos que também passaram por períodos ditatoriais transformaram o ato de lembrar numa espécie de dever, o testemunho foi uma das estratégias para a condenação do autoritarismo do Estado e ganhou força para além da esfera jurídica se disseminando na sociedade, operando de forma cultural e ideológica (SARLO, 2007:19).

Em missivas a existência não ocorre de modo contínuo e sim momentos nos quais as experiências se organizam no espaço criado pelo sujeito que individualiza um aspecto de sua vida, a configuração do momento biográfico rege o contar da vida por meio de experiências referidas a tempos e contextos heterogêneos. O domínio da escrita de si é fundamental e a prática epistolar exige a credibilidade daquele que recebe a correspondência, os eventos narrados se apresentam como verdade a esse leitor.

Entretanto, o testemunho e sua forma circunstancial denominaram uma verdade absoluta e indiscutível de críticas, não se desconfiou da veracidade da fala, às vezes sua serventia como prova unânime bastaria para acusações de crimes cometidos pelos representantes do Estado, sua imagem política demonstrou a interdição democrática e moral, considerando o direito da manifestação de vítimas e seus interlocutores ao narrar os acontecimentos, tomando os relatos como símbolos de verdade pela participação ativa das pessoas nesses períodos históricos, como destaca a autora o importante não era compreender as vítimas, mas conseguir a condenação dos culpados (SARLO, 2007:67).

Segundo Bourdieu as cartas fazem parte e expressam o *habitus*, comportamentos regidos por valores próprios de determinado momento histórico na qual se insere a ação dos indivíduos, nesse contexto a individualidade, coerência, coesão e as relações inteligíveis não podem ser interpretadas como regras metodológicas (MALATIAN, 2011: 201). O historiador pode selecionar momentos significativos, conexões concretas à vida de uma pessoa e desenvolver continuidades de atos descontínuos, o desejo de controle da memória e preservação da imagem pública, assim como a manutenção de segredos e informações (MALATIAN, 2011:202).

A memória vai sendo construída de acordo com o momento político. Nas palavras de Daniel Aarão Reis: “sempre quando os povos transitam de uma fase para outra da história, e quando a seguinte rejeita taxativamente a anterior, há problemas de memória, resolvidos por reconstruções mais ou menos elaboradas, quando não pelo puro e simples esquecimento” (REIS FILHO: 2014). No caso da memória sobre o golpe de 1964, ela foi construída a partir de uma relação dicotômica entre a sociedade civil e os militares. Desse modo, a memória sobre o golpe foi construída como se os militares fossem os únicos responsáveis pelo regime de terror e que nunca teve o menor apoio por parte da sociedade civil como um todo. Assim, as reconstruções da memória foram feitas a partir das perspectivas democráticas dos anos 80, no mínimo anacrônicas, a memória imposta exige além do sujeito e de sua esponteinidade, a imposição foi criada para legitimar o presente objetivando inserir os atores sociais envolvidos na luta de novos projetos políticos do país sob a ótica democrática

obrigando o presentismo do indivíduo que inevitavelmente tem mais conhecimento dos fatos que antes.

O relacionamento da testemunha e o passado ás vezes demonstra-se conflituoso, a relação entre a história e memória nutre desconfianças em toda sua reconstituição, essas diferenças apontam duas maneiras de interpretar o passado, a acadêmica com produções estratégicas reproduzidas nas universidades e outra qualificadora, a partir de desfechos comerciais, para gerar repercussão. A abordagem histórica institucional e seus métodos incluem disputas de representatividade e reconstituição dentro do espaço acadêmico, porém toda essa preocupação na reconstrução da escrita historiográfica tem um grande apelo público caracterizando esquemas do sentido comum, que também correspondem as histórias nacionais (SARLO, 2007:15).

Há valorização da experiência historiográfica pelas cartas como objeto de investigação em vez de considerá-las apenas fonte de informação, possibilita diferentes abordagens seja como fonte ou objeto, trata-se de documentos escritos com a preocupação de alcançar um destinatário. Tal preocupação se consolida como testemunhos de redes de comunicações entre indivíduos e grupos, o receptor decidirá sua preservação ou destruição numa prática de memória implícita ou explícita de sociabilidade.

Segundo Rousso, os limites e as consequências da relação entre legitimidade moral e verdade histórica nem sempre são agradáveis ou livres de qualquer implicação política. Para as vítimas ou parente das vítimas, a noção de mentira histórica adquire diferentes proporções. Mas o historiador atribui ainda sua posição a outro motivo também relevante para essa discussão: o fato de que ele, na condição de historiador, apenas atuaria no momento posterior àquele que caracteriza a prática historiográfica, o saber, o momento do arquivo (NICOLAZZI, 2011:241).

Outro aspecto importante é a *inevitabilidade do presente no ato de narrar o passado*, o presente interfere o ato de narrar o passado acoplando suas concepções e emoções no testemunhar, assim o passado se vincula ao presente caracterizando diversas formas de interpretar o relato da experiência que por si só não produziria conhecimento completo. O conhecimento agrega mais do que simples interpretações, o fato passado não é rememorado e sim analisado, o testemunho não poderia ser visto como única fonte privilegiada para a reconstrução do passado, “os protagonistas do passado nem sempre são os que falam, pois muitas vezes estão mortos ou preferem não falar, (…) para reconstruir os anos 1960 e 1970, temos que recorrer a outras fontes” (SARLO, 2007:2).

O olhar contemporâneo dirigido ao passado, por sua vez, coloca em primeiro plano as possibilidades, positivas e negativas, dos usos viáveis do passado pelo presente, isto é, a dimensão

pública da história, não limitada apenas aos profissionais da disciplina a pensar o uso político do passado (NICOLAZZI, 2011:236). A história do passado mais recente apoiada em operações da memória ultrapassa a disciplina e se estende à esfera pública e política, a visão do passado está presente em diversas ideologias que evidenciam a continuidade do social. Nos momentos históricos de massas o princípio explicativo busca garantir a origem e causalidade a ser aplicados em quaisquer fragmentos do passado, assim há uma "redução do campo das hipóteses", acolhendo o imaginário onde os sentidos comuns do presente, às crenças do público acabariam por sustentar o interesse e realizar a nitidez argumentativa, que carece na acadêmica através da criação da "história nacional tradicional" onde o simbolismo de heróis, exaltação dos excluídos incorporam o espaço social no presente. As massas refletem os anos da ditadura sem abstrair do relato, pelo fato que este acaba impondo uma descontinuidade oferecendo uma linha do tempo consolidada (SARLO, 2007: 14,15).

A larga escala de produção sobre as ditaduras da América Latina são histórias principalmente baseadas em testemunhos, esses escritos oferecem certezas e verdade legítimas sem possibilidade de hipóteses ou indagações por se retratar de experiências vividas, cuja confirmação ou refutação dependem da crítica algo que o testemunho muitas vezes parece ser imune. Embora seja difícil estabelecer uma perspectiva para examinar o modo crítico da narração, o testemunho não é inabalável, a construção de sentimento junto a outras fontes auxiliam sua proposta em desconfiar do testemunho e reconstituir a verdade rememorada vem com o fim das concepções estruturalistas dos anos 70, em que ocorre o ressurgimento do sujeito, mas não há determinismos, a partir de então foi imposta a guinada subjetiva, a história oral e o testemunho trouxeram a confiança na primeira pessoa que narra sua vida para conservar a lembrança ou para reparar sua "identidade machucada", o interesse da vida cotidiana produziu um novo quadro de costumes onde há a valorização dos detalhes, "sujeitos marginais, que teriam sido ignorados em outros modos de narração, demandam novas exigências e seus discursos de memória (diários, cartas, conselhos) são ouvidos" (SARLO, 2007:17).

O conteúdo das correspondências comporta troca de ideias, elaboração de projetos, expõe polêmicas, fixa rupturas e através delas as relações sociais se reúnem, isto é importante para o caso político por envolver sua rede profissional, opiniões e sentimentos diversos firmando-se estratégias de atuação popular, por essa razão são documentos valorizados e relevantes para o entendimento da circulação de ideias e de homens nos espaços públicos. A centralização e o número de cartas trocadas por um grupo para determinado sujeito desempenha um grau de interação a partir de um certo projeto ou objetivo comum, nesse caso o surgimento da mobilização social pelas ideias da Frente Ampla, justaposto, o aumento das manifestações populares em resposta ao Decreto-Lei nº 314 (CLB,

1967:563)[21] onde o regime repreendeu de forma violenta os protestos estudantis e sindicais e com o AI-5 intensificando os mecanismos de controle e repressão das liberdades sociais e políticas.

Porém nenhum detalhe consegue evitar que uma história fique restrita a interpretações, o modelo "realista romântico", empregado quando o sujeito narrador confere sentidos aos detalhes pelo próprio fato que se inclui no relato vivenciado como testemunha ocular dos acontecimentos, assim ele pode atribuir ou explicar ausências fortalecendo a credibilidade e a veracidade da narração (SARLO, 2007:51). Por sua vez avalia junto com as demais narrativas o surgimento dos métodos e os discursos de memória, diários, cartas, etc., experimentando a individualidade do singular, a "guinada subjetiva" seria uma reflexão na teoria e metodologia das ciências humanas.

A discussão entre o dever ou trabalho da memória e as dimensões do esquecimento (induzido ou inconsciente, quando traumático), como presente, memória, testemunho e justiça mantém o ato de rememorar suspenso por breves instantes, como a temporalidade dos fatos entre passado e presente fosse anulada para que uma comunidade, diante dos seus momentos fundadores, pudesse realizar plenamente o fato de se reencontrar consigo mesma. Comemorar, enquanto prática cultural, envolve o trabalho sobre a memória inserido no plano de uma coletividade, aparece também como rememoração, o trabalho da memória sobre ela mesma, uma espécie de reminiscência de seus princípios (NICOLAZZI, 2011:243).

Dentre as questões que se pode analisar no documento está a identificação das influências que se insere no meio social, a percepção e distribuição temporal que nos permite pautar a relevância política ou cultural do correspondente, se tratando de figuras públicas como Lacerda, lidar com a imagem já construída e consolidada pela memória e história causa certa dificuldade em interpretar os interesses próprios e a representatividade popular, o caráter subjetivo e a veracidade dos fatos nesses documentos pede ao historiador à crítica analítica já presente em outros tipos de fontes. As considerações feitas sobre essa dimensão da escrita de si remetem à constatação que as informações nelas contidas serão sempre versões individuais ou coletivas traçadas sobre determinados acontecimentos vividos pelo narrador ou dos quais se inteirou de diversas formas como conversas, leituras e relatos (MALATIAN, 2011:208).

Ainda que as cartas sejam dotadas de grande potencial expressivo, a mesma regra vale para o método empregado na historiografia, nenhum documento pode constituir verdade bruta por si só, a confrontação com outras fontes abre ao pesquisador novas perspectivas e modos de compreensão. O

---

[21] Sigla: Coleção de Leis do Brasil. 1967, vol. 1, p.563.

procedimento evita a alusão de veracidade absoluta ao material obtido nas correspondências, alcançando uma percepção de seus objetivos, conteúdos e implicações, além do conhecimento de seu autor, conhecer o contexto e sobretudo unir as duas pontas da correspondência a passiva e ativa, entre dois indivíduos permite a construção de um quadro analítico rico, comparando as diversas correspondências de um mesmo indivíduo, a natureza e a intensidade dos laços que manteve (MALATIAN, 2011:209).

O conceito de culturas políticas apresentado contempla as análises sobre representações, símbolos e permanências no político, considerando a questão da memória como elemento importante no estudo de identidades que a sociedade ou parte dela tem por si mesmo. A reconstrução da memória pelas cartas foi feita a partir das perspectivas democráticas de 1980, as reconstituições anacrônicas foram criadas para legitimar o presente e os atores sociais envolvidos na luta com os novos projetos políticos. Trabalhar com as cartas, além de ser algo peculiar, apresenta uma documentação que não foi produzida por militares, em geral as cartas envias por pessoas comuns a Carlos Lacerda em nome da Frente Ampla.

Nosso estudo tem como subsídios cartas dos anos de 1967 e 1968 onde o movimento conseguiu mobilizar mais pessoas, pela luta da redemocratização. As cartas em sua maioria são de pessoas do estado do Rio de Janeiro, mas as regiões predominantes são Sul e Sudeste. As cartas em geral se referem ao Golpe de 1964 como revolução que não funcionou, partem do princípio à crítica as Reformas de Base de Goulart que não agradavam os grupos de direita, os mesmos acreditavam que a implementação de poder político para esquerdas transformaria o país num Estado comunista e ocasionaria desordem social pelos grupos de esquerda que se rebelariam, enquanto os conservadores e os pilares sociais decaíam e a base nacional ficaria à mercê do défice econômico, falta de segurança e a marginalização dos indivíduos. O golpe de 31 de março de 1964 foi estabelecido com a prerrogativa de frear o avanço de grupos políticos reformistas de esquerda e centro-esquerda, acabar com a organização dos movimentos sociais e remodelar a política do Estado em uma nova etapa de acumulação de capital (NAPOLITANO, 2014:71). As promessas de eliminar o fantasma comunista que invadia a América Latina, inclusive o Brasil, e proporcionar o progresso da ordem social e o progresso econômico brasileiro baseado no sistema capitalista fizeram com que representantes da classe média apoiasse a intervenção militar no país.

O “Comando Supremo da Revolução” e os governadores pró golpe, entre eles Magalhães Pinto e Carlos Lacerda concordaram com o nome do general Castelo Branco para a presidência, enquanto Goulart, já desposto chega ao Uruguai em busca de asilo político. Ainda em 1964 foi editado o Primeiro Ato Institucional, que dentre outras arbitrariedades, concede poderes de cassação e

expurgos dos direitos políticos até 15 de junho de 1964, as eleições indiretas são marcadas e Castelo Branco é eleito com mandato até 31 de janeiro de 1966 (DELGADO, 2013:102).

Os anos iniciais da Ditadura Militar promoveram diversas mudanças no Legislativo e Executivo, onde o primeiro perdeu sua autonomia e liberdade política enquanto o outro legitimou o regime e lhe concedeu mais poderes com os Atos Institucionais. Os "políticos revolucionários" acreditavam que a intervenção militar seria moderada, porém estavam errados e foi feita a restruturação do Estado através das Forças Armadas e de seus comandantes. O AI-2 representou o rompimento de Carlos Lacerda com o governo castelista, confirmando cada vez mais a militarização do regime, o fim do sistema partidário e de eleições indiretas colocava um ponto final no sonho de Lacerda em ser presidente do Brasil (DELGADO, 2013:119). Em 04 de janeiro de 1966 para as eleições indiretas presidenciais apenas o nome de Costa e Silva foi lançado à presidência, o candidato tomou posse em 15 de março de 1967; contudo antes de assumir o poder, Castelo Branco em seu último Ato Institucional (AI-4) convocou o Congresso Nacional para a discussão e promulgação do projeto de constituição, a aprovação da Constituição de 1967 tinha como argumento preservar a segurança nacional, conferindo amplo poderes ao Executivo e entrou em vigor apenas no governo Costa e Silva (DELGADO, 2013:114).

As mobilizações sociais e políticas acreditavam que o mais apropriado seria devolver o poder aos civis, em resposta ao posicionamento do regime, Lacerda se aproxima da linha dura, grupo conhecido como mais autoritário, violento de menor patente que inspirados pelo político e após a eleição indireta de Costa e Silva começa o burburinho de um movimento conservador que tinha como finalidade confrontar publicamente o governo. Como foi dito, após o lançamento do movimento com a publicação do *Manifesto Frente Ampla*[22] houve pressão de grande parte dos militares a fim de cassar os direitos políticos de Lacerda, mas devido a linha dura este pedido não foi aceito (DELGADO, 2013:120).

A Frente Ampla apareceu como alternativa de oposição ao governo, já que o autoritarismo se propagava cada vez mais, seu surgimento apostava no diálogo através da imprensa entre a sociedade civil e militares, dos três líderes (Carlos Lacerda, Jango e Kubitschek) apenas Lacerda estava gozando de seus direitos políticos, alimentando um possível retorno a candidatar-se como presidente nos anos

---

22 O manifesto foi publicado em 28 de outubro de 1966 na Tribuna da Imprensa e reproduzido em outros jornais, como o Diário de Notícia, Manchete, Correio da Manhã. O documento continha apenas a assinatura de Carlos Lacerda, contudo conta com a colaboração de Juscelino Kubitschek por intermédio de seus intermediários apoiou o manifesto e participa da elaboração da Declaração de Lisboa consolidando a união política e as diretrizes da organização.

1970; buscou apoio de seus antigos adversários políticos numa tentativa de conseguir amplo apoio popular e mais correligionários. O nome de Lacerda foi divulgado pela frente por se tratar dos líderes civis do golpe de 1964, se apresentou como um dos organizadores do movimento com maior envergadura eleitoral e popularidade. Semanas depois da publicação do primeiro manifesto, em 19 de novembro Lacerda vai ao encontro de Kubitschek em Lisboa, para formalizar a união política, durante esse encontro surgiu a Declaração de Lisboa reafirmando ter superado suas desavenças políticas pela necessidade de desenvolvimento econômico e a volta democrática (DELGADO, 2013:152):

> (…). Após tantas divisões, que levaram ao vácuo político e à crise institucional e de liderança civil pela qual passa o nosso país, entendemos necessária esta convocação.
>
> Afirmamos a nossa convicção de que é urgente e indispensável uma política de paz e liberdade para reformar e acelerar o desenvolvimento sem o qual a Nação é condenada a viver entre a submissão e o desespero.
>
> (…). As diretrizes da política que consideramos indispensável ao Brasil estão definidas no Manifesto da Frente Ampla, que há dias apresentamos ao povo brasileiro, Tais diretrizes constituem o programa básico para uma política de reforma e estrutura e orientações nacionais. Resumem-se no tema central: paz, liberdade e desenvolvimento. (...).

Os crimes contra a Segurança Nacional foram definidos perante o Decreto-Lei nº 314 estabelecendo que todo indivíduo natural e jurídico é responsável pela segurança nacional definidos por lei. Seu artigo terceiro compreende que as medidas são destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva (emprego de propaganda e contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais) (BRASIL: 1967).

Após a publicação da Declaração de Lisboa, JK decide voltar ao Brasil e sair do autoexílio, em 09 de abril de 1967, todavia sofria ameaças de repressão caso se manifestasse em atos ou declarações públicas em nome da Frente Ampla (DELGADO, 2013:172). No mesmo período as negociações para a entrada de Jango no movimento se intensificam, o primeiro encontro em Montevidéu ocorreu na residência de João Goulart e contava com a presença de Renato Archer[23], Ivo

---

[23] Deputado filiou-se ao oposicionista Movimento Democrático Brasileiro (MDB), assumindo a presidência da seção maranhense do partido. Nas eleições de novembro de 1966 voltou a eleger-se deputado por esta nova legenda. Foi

Magalhães[24] e Claudio Braga[25], o movimento deveria superar os obstáculos para a redemocratização, um movimento pacífico e sem meios armados para tentar solucionar a "atual crise brasileira" (DULLES, 200:100).

A primeira carta foi escrita em 8 de março de 1967, por César Fripp direcionada aos cuidados da Tribuna da Imprensa e entregue a Carlos Lacerda. Segundo informações por escrito no próprio documento a resposta foi encaminhada via telegrama em 18 de abril de 1967, porém não tivemos acesso a tal resposta. Logo no início menciona que a repercussão causada pelo Movimento Frente Ampla se reflete na imprensa (escrita e falada) e que seus reflexos veem "calado muito forte no seio da opinião pública especialmente, daqueles que não aceitam essa situação de descalabro porque foi levada esta grande nação[26]". Também faz alusão ao fracasso da "Revolução de 1964[27]" e destaca as barganhas que permaneceram no período da ditadura. Conceituamos esse momento político da história nacional como Golpe de 1964, se denomina entusiasmado com a atitude de Carlos Lacerda e que a missiva tem como finalidade oferecer "prestigio para que possamos redemocratizar está pobre Nacção (sic)".

Ao descrever seu posicionamento político nos informa ser integrante do antigo PTB e agora "compadece ao MDB e colaborou para eleição de alguns companheiros"[28]. Embora engajado politicamente não demonstra satisfação com o partido e acredita que é preciso mudanças metodológicas, pois há insatisfação popular era geral tanto com a ARENA quanto com o MDB. O AI-2 dentre outros dispositivos extinguiu os partidos políticos e criou eleições indiretas para a presidência, seu ato complementar nº4 estabelece regras para a formação de novos partidos e o bipartidarismo, como referido na carta, MDB e ARENA. Conforme mencionamos em passagem anterior nos estudos de Lucia Grinberg, em votação parlamentar para o legislativo no dia 15 de

---

um dos principais articuladores da Frente Ampla, lançada oficialmente em outubro de 1966 com o objetivo de unificar a oposição ao regime militar, aglutinando as forças lideradas pelos ex-presidentes Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda.

24 Parlamentar, ex-prefeito de Brasília e um dos integrantes da Frente Ampla.

25 Deputado e ex-secretário do ex-presidente João Goulart.

26 Mantivemos a grafia do documento original, trecho transcrito de acordo com o documento em anexo.

27 Destacamos o termo, pois não concordamos com a epistemologia da palavra

28 Verificamos na página do CPDOC e nos anais legislativos, porém não encontramos tal informação ou referência sobre participação em cargo político em caráter nacional e têm influências nos espações políticos regionais ou estaduais. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo?busca=C%C#%A9sar+Fripp+&TipoUD=0%MacroTipoUD-0&nIntens-30>. Acesso em 13/10/2017.

novembro de 1966 a ARENA obtém a maioria dos votos, o missivista justifica os votos por medo de represálias. Analisando sua forma de escrita, em especial pelo termo *governo revolucionário* se referindo ao governo de Castelo Branco subentendesse que tenha ideias conservadores, ao término da carta solicita materiais, diretrizes e instruções da frente e a posteriori almeja encontrar-se com Lacerda.

Em 26 de setembro de 1967, o missivista Joaquim Paes de Barros, de Borborema – RJ[29] inicia sua escrita elucidando seu interesse pela carreira política de Carlos Lacerda através dos jornais desde "31 de março de 1964 até os dias para cá", também faz uso do termo revolução de 1964 para descrever a saída de Goulart do poder e para abordar os anos iniciais do governo do Marechal Castelo Branco, justifica a derrubada do governo por ter como "(…) escopo combater a corrupção e a subversão que campeava livremente, (…) nenhum dos corruptos sofreram os castigos que mereciam, todos eles, sem exceção, estão livres e gozando as riquezas que extorquiram do país". O objetivo da revolução "serviu para os governos estrangeiros exaurir as riquezas que já há longo tempo vinham usufruindo em detrimento ao Brasil e dos brasileiros", entretanto confia na Frente Ampla para corrigir as falhas governamentais existentes. Para exemplificar tal afirmativa recorremos ao artigo de Luiz Alberto Moniz Bandeira *1964, A CIA e o Golpe de Estado* (BANDEIRA, 2014), correlacionando o golpe com a intervenção e participação da CIA no Estado através de operações de guerra psicológica com propagandas, campanhas dentro das organizações governamentais, estudantis e sindicatos, com agentes infiltrados junto aos partidos políticos onde a procedência das informações possa ser atribuída as entidades americanas, muitas vezes financiavam candidatos em eleições e treinavam pequenos exércitos das Forças Armadas (BANDEIRA, 2014:82). As operações tipificam a técnica do golpe de Estado que a CIA ajudou a desenvolver no Brasil e em outros países latino-americanos nos anos 1960 e 1970 a radicalização artificial das lutas sociais, provocando desequilíbrio político e desestabilizando governos que não se submeteram às diretrizes estratégicas dos Estados Unidos (BANDEIRA, 2014:83).

Raríssimas manifestações de crítica ao movimento foram encaminhadas à Lacerda, não chegando a 2% e, dentre essas, só uma carta faz crítica à sua figura pública e consequentemente suas alianças, foi redigida em 27 de setembro de 1967, por Thuila Amaral autodenominada fanática por Carlos Lacerda, seu fanatismo extremo fez com que rezasse uma missa em comemoração de sua

---

29 Assim como o outro exemplo, o documento possui anotações de resposta datado em 13/10/67. Não tivemos acesso à documentação no arquivo.

vitória como governador do estado da Guanabara[30]. A correspondente se diz triste e deprimida pelo encontro de Lacerda com Juscelino Kubitschek (fazendo referência ao encontro dessas personalidades em Lisboa, logo no início do movimento em 1966 onde se originou a Declaração de Lisboa), "toda a minha família e o meu círculo de relações estão revoltados com você. O que você fez não tem explicação, nem justificativa. Você desceu demais, humilhou-se! Apertar a mão de seu pior inimigo"[31].

Engajada politicamente no conservadorismo, considera o governo de Goulart como anarquia e menciona a falta de alimentos de primeira necessidade (arroz, açúcar), falta de policiamento e a aglomeração das greves. "Você diz que a revolução o traiu. Você que traiu todo o povo brasileiro, com especialidade o povo da Guanabara, o estado que Goulart tanto maltratou". Os entraves entre Carlos Lacerda e Castelo Branco tem início em 1965 com a emenda constitucional nº9 que prorrogou o mandado do presidente até 15 de março de 1967 (BRASIL: 64), logo após intensifica-se com as críticas públicas ao lançamento do PAEG. Como abordamos em passagens anteriores outros momentos políticos foram determinantes para o rompimento de Lacerda com a "Revolução", como a eleição de Negrão de Lima do PTB como governador da Guanabara, a eleitora continua sua escrita comentando o encontro de Lacerda e Goulart em Montevidéu e lhe deu um ultimato: "o único civil, capaz de nos governar, morreu em Montevideo (sic) "; Lacerda acusou Castelo Branco na TV e no rádio e no mesmo dia 07 de outubro de 1965 renuncia à sua candidatura à presidência da República (DELGADO, 2013:114).

Os anos finais de 1967 e início de 1968 são marcados pelos atos e mobilizações públicas e ligações com as bases sindicais e estudantis, o primeiro encontro da Frente Ampla com a área sindical aconteceu em outubro envolvendo Renato Archer e 40 pessoas no escritório de Dirceu, ex dirigente do PSD (DELGADO, 2013: 195). Aos poucos aumentava o contato com o meio sindical, Lacerda era frequentemente convidado para discursar em instituições de ensino, associações de profissionais e Câmaras Municipais de diversos estados para realizar a divulgação da Frente Ampla, além de criticar o governo e o clima de repressão e violência no país. No dia 17 de janeiro de 1968 discursou no plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais num evento organizado pelo Centro de Cronistas

---

30 Documento disponível nos anexos deste trabalho, logo no início da carta, em seu primeiro parágrafo.

31 As críticas continuam: "(...) agora só falta você convidar para um almoço o Brisola (sic), Aragão, Darcy Ribeiro, faz tudo, Golberí (sic), Jurema e outros mais cujo nomes não me ocorreram no momento" (grifos nossos, a escrita da autora foi mantida como no documento original).

Políticos, tal ato foi tratado pela imprensa como primeiro ato público da frente, em março do mesmo ano aconteceu o primeiro comício de rua realizado em São Caetano do Sul (DELGADO, 2013: 197).

O ano de 68 foi marcado por intensa participação estudantil, a morte do secundarista Edson Luís em confronto com a polícia militar foi o estopim para a grande mobilização civil. Em 03 de abril de 1968 durante a missa de sétimo dia na Igreja da Candelária o público é espancado pela polícia nas ruas (MELITO: 2013). As manifestações causaram preocupação de rebelião e confronto em massa entre estudantes e policiais, para evitar a adesão de mais pessoas às passeatas o Ministério da Justiça determina que qualquer manifestação estudantil seja reprimida (DELGADO, 2013:200).

O Nordeste também estava presente nas relações de sociabilidades dos eleitores e Carlos Lacerda, embora encontramos apenas dois missivistas dos estados da Bahia e do Ceará a mobilização da Frente Ampla se equiparou o *boom* de movimentos estudantis e radicais do Rio de Janeiro e do Sul. Dionízio da Paixão Rocha, metalúrgico e representante da sociedade de bairro em Salvador escreveu em 30 de setembro de 1967 à Lacerda com o intuito de participar da Frente Ampla (nessa passagem já encontramos representantes do populismo e trabalhismo, fidedignos à JK e Goulart aderindo à Frente Ampla) "em nome dos trabalhadores, e de todo povo pela formação da frente ampla, para lutar pela redemocratização do Brasil, já me comcidero (sic) nas suas filheiras (sic) *(...)*". A dificuldade do movimento estava em seu público, em especial mobilizar os grupos trabalhistas contrários a Lacerda devido ao seu passado pró-ditadura, a frente defendia a participação dos trabalhadores, apoiando suas reivindicações.

O missivista do Ceará, Jesus Fernandes de Oliveira, estudante e presidente do grêmio estudantil em Aerolândia, escreveu em setembro de 1967[32] com grande apresso por Lacerda, elogiando-o e demonstrando profunda admiração por sua carreira como político e escritor:

> Senhor Lacerda, venho de algum tempo acompanhado a empolgante trajetória política de V. Sai. e confesso-me fascinado pelas qualidades de homem público, voltado para os problemas que afligem cruciantemente (sic) a nação brasileira. Desde os tempos de Governador da Guanabara, muito antes da eclosão do movimento revolucionário de março/64, quando V. Sia. vencendo todos os obstáculos impostos pelo governo (sic) do Sr. João Goulart e realizando uma administração de renome nêsse (sic) Estado, qu (sic) tenho acompanhado o comportamento de V. Sia. cuja coragem e força de ação tornaram-me um admirador incondicional[33].

---

32 Por motivo desconhecido a datação consta apenas o mês do documento.

33 Texto transcrito na íntegra da massiva.

Nessa passagem o estudante enaltece a figura de Lacerda de forma quase messiânica, o considerando símbolo maior, através de seu carisma, popularidade e os feitos realizados durante sua gestão de governador, que tem início a partir da mudança da capital federal para Brasília e a criação do novo estado, Estado da Guanabara, possibilitou à UDN disputar a chefia do Executivo carioca nas eleições previstas para outubro de 1960. Logo nos primeiros meses do governo de Jânio Quadros, as divergências entre Lacerda e o presidente se intensificam e dentro da própria UDN se distancia da ala radical que apoiara o presidente e desencadeou uma violenta companha de teor anticomunista nos jornais (Tribuna da Imprensa e o Globo) (KELLER,2001).

Seu governo de imediato executou uma ampla reforma administrativa, descentralizando o poder regional e setorial das tarefas executivas e implementando sistemas auxiliares de administração, reforma voltada para as crises cariocas, como a questão do saneamento básico, falta de escolas e programas escolares. O governo da Guanabara criou em 1961 a Companhia Progresso do Estado da Guanabara (Copeg) e a subsidiária Cocea – Companhia Central de Abastecimento, elaborou o Plano de Habitação Popular financiado pelo governo norte-americano através da Aliança para o Progresso, propondo a urbanização de áreas destinadas à construção de casas populares para viabilizar a remoção das favelas. A área de segurança pública contou, além da respectiva secretaria, com a criação da Força Policial, encarregada do policiamento civil do estado, e a remodelação da Polícia Militar. Em dezembro de 1962 foi criado o Instituto de Assistência aos Servidores do Estado da Guanabara (IASEG), resultante da fusão de três órgãos: o Hospital dos Servidores do Estado da Guanabara — cujas obras de recuperação e ampliação seriam concluídas em 1965 —, o Departamento de Assistência e a Superintendência de Obras (KELLER,2001).

No setor da educação, foram instaladas 231 novas escolas e 1.885 salas de aula, o que permitiu ao governo tornar compulsório o ensino primário, o total de novos estabelecimentos acrescentados à rede de escolas oficiais de nível médio foi de 72. Uma outra lei, de outubro de 1961, autorizou o Executivo a organizar, sob o regime de fundação, a Universidade do Rio de Janeiro, denominada a partir de então Universidade do Estado da Guanabara (UEG). A mesma lei incorporou administrativa e financeiramente as faculdades de Ciências Econômicas e de Serviço Social do Estado da Guanabara, a Escola de Enfermagem Raquel Haddock Lobo e o Hospital de Clínicas Pedro Ernesto. Em 1963 foram incorporados o Instituto Vila-Lobos e o Instituto de Belas-Artes; assim como outros governadores hostis a Goulart, Lacerda recebeu substanciais auxílios financeiros do governo norte-americano (KELLER, 2001).

Ao mesmo tempo faz crítica a educação do país: “sou estudante cearense, não muito velho nem tão moço para o gráu (sic) de estudante (3º Científico, 25 anos), o que prova a deficiência do Brasil no setor educacional”, menciona que Lacerda não é bem visto na sociedade, caso contrário o

país teria alcançado índice maior de desenvolvimento, seu vasto conhecimento político também se deu por jornais, lê o *Manchete* e também obras de Carlos Lacerda, como *Paixão e Castigo* artigos publicados em jornais locais, considerando-o como símbolo moral e de coragem, ao final de sua declaração solicitou mensagens de apoio e incentivo para encorajar a "mocidade" e alguns exemplares de sua obra para a biblioteca do grêmio CACERA[34].

O fascínio do estudante por Carlos Lacerda, como personalidade pública é compreensível devido suas habilidades multifacetárias voltadas à sociedade, seja como escritor de obras literárias, jornalista com seus impactantes artigos ou sua própria trajetória política. A retórica de Lacerda costuma impressionar e motivar um grande público através de discursos inflados contra o governo ditatorial, no decorrer do crescimento da Frente Ampla fora convidado para discursar em formaturas, Câmaras Municipais, observamos o destaque eloquente do político quando o missivista solicita palavras motivacionais e livros para influenciar ou construir ideias políticos daquele grêmio estudantil (DELGADO, 2013: 197). O estudante deixa claro que tomou conhecimento de sua vida política e seus desafios em sua obra Rosas e Pedras no Meu Caminho, composta de relatos autobiográfico, onde deixa explícito seus ideais liberais, onde vê o crescimento e desenvolvimento do país, caso seja administrado pelas mãos certas. No decorrer de sua escrita, o jovem se inspira na figura de Lacerda para liderar seu grêmio, procurando formas de se expressar e abraçar os ideais construídos pelo político.

Entre os missivistas há grande variação de profissões, a mais peculiar descrita por um deles foi "vegetar para viver", essa inusitada profissão pertence a Agenor Cassiano Ferreira, que em 22 de março de 1968 escreveu como os demais sua imensa vontade em participar da Frente Ampla, sugeria mais pessoas ligadas ao movimento para transmitir os ideais frentistas à população e elogia o comportamento de Carlos Lacerda perante o movimento:

> Percebo que os brasileiros estão subjugando-se à uma 'disfarçada Ditadura Militar'. Pretendo ser um dos primeiros a sair em praça pública para explica aos brasileiros alguma coisa da atual política, e explicar melhor frente om o (sic), público a política da Frente Ampla. Não é possível deixar-mos (sic) um só Brasileiro defender nossos direitos de brasileiros. _ Êste (sic) é Exmo. Sr. Carlos Lacerda.

A falsa ditadura militar citada no trecho da carta tem duas interpretações, a primeira diz respeito a falta de ação da sociedade ancorando-se no medo de punições do regime que se apropriou

---

[34] Sigla: Grêmio Artístico da Comunidade Estudantil Recreativa de Aerolândia.

de certa culturalidade em usar a falsa tradição conciliatória, para exercer a repressão e expurgos ao longo de toda ditadura através de mecanismos legais deixando visível os laços frágeis entre povo e Estado. Vemos alguma manifestação dos cidadãos em determinadas situações, como já mencionamos o caso da enorme mobilização durante o velório do secundarista Edson Luís (MOTA, 2009:22).

A outra possibilidade seria analisar a aliança entre políticos pró-ditadura e os militares nas operações limpeza (expressão usada para se referir aos contrários da revolução, desavenças políticas) que tinham como objetivo afastar os políticos que poderiam se opor ao governo militar, a maioria desses líderes opositores foram exiliados, como no caso de Jango, Brizola ou tiveram cassados seus direitos políticos como JK, Luís Carlos Prestes e Jânio Quadros. A classe revolucionária civil acreditava que essas operações, assim como a intervenção militar seria moderada e passageira e os militares voltariam aos quartéis e a normalidade democrática seria estabelecida com as eleições de 1965 (DELGADO, 2013:78). Porém, não esperavam que os miliares fossem permanecer no poder por tempo indeterminado e que a repressão também lhes causaria transtornos, como a falta de autonomia dentro dos novos partidos políticos, sem qualquer forma de se manifestar ou se posicionar contrários ao governo.

O missivista Agenor aponta questionamentos sobre a falta de ação de políticos (prefeitos, vereadores, deputados, governadores e senadores) que permaneceram inertes após a "falsa revolução que houve em março de 1964" (grifo do missivista), "os demagogos e covardes" desfrutavam do voto de pessoas que tinham esperança de melhorias pelos seus direitos; refere-se a todos os políticos dessa nova conjuntura partidária, representantes da ARENA e MDB que não lutaram contra a falsa revolução, que receberam os votos do povo confiando neles e não realizaram qualquer manifestação contra a instauração do regime militar por medo de represarias e cassações de seus direitos políticos.

Em contrapartida das diferentes atividades profissionais haviam pessoas com cargos públicos e ligados ao governo, no caso de Solon Tavares servidor público do estado do Rio de Janeiro e Abel de Oliveira Ávila contador, e assistente técnico da Petrobrás, ambos já tiveram contato com Carlos Lacerda, Solon através de outra carta se solidarizando com o final de seu mandado como governador e Abel antes da "revolução de 1964" em seu gabinete no Palácio do Governo. Solon Tavares morador de Botafogo escreve mais uma vez à Lacerda no dia 4 de outubro de 1967 para se colocar à disposição, acompanhou sua vida política e tem o desejo de vê-lo "presidente do Brasil (…) pois tenho a certeza de que o único sucessor do atual presidente, de merecimento e gabarito elevado, é V. Excia. (Sic) ", tem como objetivo ajudar Lacerda como "soldado para qualquer luta".

O estado “sempre alerta” do missivista engloba as diversas mudanças e formas de repressão do Estado com a sociedade, a cada ano que passou até 1968 o regime estabeleceu novos métodos de legitimar o poder e anular os direitos dos civis, desrespeitando a Constituição de 1946 destituída e substituída pela Constituição de 1967, onde acabara de vez com qualquer forma cidadã de escolher seus representantes políticos para lutar pelos ideais do povo através do voto, o cidadão só pôde lutar pela sua liberdade expressando-se nos movimentos de oposição ao regime, seja conservador ou radical, representando a direita ou a esquerda nacional.

O soldado cidadão traduz o conceito de cultura política construído por Almond e Verba, considerando como participação ideal um indivíduo ativo, que faz parte do processo de construção e tomada de decisões do Estado, engajando-se e desejando o retorno do político, da democracia (MOTTA, 2009:26).O sujeito deveria participar da vida estatal através de intervenções e propostas que modificasse o Estado, o que se assemelha na construção do soldado cidadão de José Murilo de Carvalho, no período da Primeira República onde define que um bom soldado é aquele que participa das reformas realizadas no país exercendo a política do exército, defendendo um intervencionismo reformista, mas sem insubordinação (CARVALHO, 2005).

Nos momentos finais de sua correspondência se diz malvisto por colegas e chefias por defender Carlos Lacerda e “sua integridade política e moral”. Abel, por sua vez, lhe escreveu em 04 de janeiro de 1968 para se prontificar em ajudar a “Frente Única”, “tudo indica estar a exigir nova arrancada dos lídimos Brasileiros”, a nova arrancada referida nesse trecho destaca a consolidação de Goulart no movimento com a divulgação do Pacto de Montevidéu, a frente ganhou uma nova dinâmica, espaço midiático quiçá um arranque nacional para destituir o governo através das mobilizações, que demonstrara preocupado com o alcance do movimento em diversos setores do país (DELGADO, 2013:190). O que mais nos chama a atenção nessa carta é que a frente de certa forma despertou a luta pela democracia em indivíduos de diferente culturas, formações e profissões, no caso deste missivista são suas origens indígenas e sua participação sindical, como ex-diretor de contabilidade do Sindicato dos Contabilistas do Rio de Janeiro e a participação do Movimento Familiar Cristão.

No mesmo dia 4 de janeiro de 1968, Caetano Agostinho de Oliveira mineiro de Acesita-Timóteo assim como as demais correspondências enaltece e parabeniza a coragem e autenticidade de Carlos Lacerda como político brasileiro, em especial pela criação do Movimento Frente Ampla, “nessa hora em que os grupos de oposição se calam em detrimento do povo que sofre diante de um processo democrático cheio de falhas…” No decorrer da missiva subentende-se que assim como César Fripp, Caetano também tem alguma participação política ativa, “não sou infelizmente, um

político militante todavia sou empregador e defensor da oposição e, especialmente da Frente Ampla."[35]

A Frente Ampla já consolidada, com suas lideranças políticas angariando novos correligionários e mobilizando até mesmo sindicalistas, a classe que Lacerda repudiava junto aos trabalhistas tornam-se representantes da oposição à ditadura. Embora tenha ideais conservadores, e não proponha outras mudanças estruturais apenas a redemocratização ao lado do povo, podemos considerar um movimento efetivo da oposição e com maior mobilização social já no ano de 1968 realizando comício em várias cidades brasileiras destacando-se no sul e sudeste (DELGADO, 2013:175).

Caetano Agostinho se prontificou em colaborar na promoção de palestras com temas sugeridos por Lacerda, para auxiliar o retorno de seu país na rota do desenvolvimento, almeja "pugnar contra esse (sic) estado de coisas reinante (o subdesenvolvimento, o analfabetismo, a falta de Universidades, a fome (…) o arrôcho (sic) de salários pela conscientização do trabalhador, êsse (sic) faminto trabalhador".

A fala do missivista é consistente com a ação dos militares que procuravam a todo custo permanecer no poder garantindo o controle do governo, porém os movimentos sociais tentaram fazer pressões para desequilibrar o regime que vinha promovendo a instabilidade política no Brasil, o movimento estudantil apesar de sofre grandes perdas se reorganizou depressa, tomamos como exemplo a UNE que atuou na coordenação direta do movimento, mesmo na ilegalidade mantiveram-no funcionando através de passeatas e protesto de rua contra Costa e Silva, exigindo o retorno à democracia, passaram a se opor à política educacional do governo que havia realizado um acordo de cooperação com o governo norte-americano, conhecido como MEC-Usaid (siglas que representam o Ministérios da Educação e Cultura brasileiro em associação com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional), promoveram atos e protestos públicos contra a interferência norte-americana no sistema educacional brasileiro já defasado, pela imposição de ideologias e disciplina do regime que insistia em despedir professores considerados subversivos e também a reprodução de material didático, livros e apostilas contra a subversão que enaltecia "a revolução como bem maior ao nacionalismo e patriotismo da nação brasileira". (CANCIAN:2006).

---

[35] Realizamos a pesquisa no site do CPDOC e em anais políticos e não encontramos informações que o relacione como político profissional.

O sindicalismo se reorganizava e procurava lutar pelas reposições salariais também impostas no governo de Costa e Silva que priorizava o crescimento econômico, deixando em segundo plano o combate à inflação, desde modo o custo de vida aumentou e o reajuste salarial foi proibido em intervalos menores de um ano, os sindicatos encontravam-se enfraquecidos e ao perder sua autonomia frente ao Estado realizaram greves como forma de protesto contra a política salarial. O PAEG reconhecia a inflação que se prolonga desde o governo de Goulart, os salários oscilavam e a alta dos preços era contínua, a meta era estabilizar os salários para que o salário médio fosse calculado considerando a taxa de produtividade e a inflação no cálculo de novos valores (SIMONSEN, 1975).

Essas novas medidas ocasionaram o arrocho salarial, a diminuição dos salários na indústria se comparado aos anos anteriores ao regime (1963-65), os trabalhadores mais qualificados conseguiam aumentos acima da média e poder de barganha devido à escassez de mão de obra qualificada, os trabalhadores com menor qualificação dependiam do sindicato para barganhar por sua classe, outro fator que contribuiu para essa disparada diferença salarial foi a criação FGTS que facilitou a redução do custo do trabalhador pouco qualificado, aumentando a rotatividade desses profissionais no setor (SINGER, 1977).

No dia 03 de abril de 1968, um manifesto de autoria de Lacerda e JK foi distribuído à imprensa por Archer, no dia anterior foi lido na tribuna da Assembleia Legislativa da Guanabara pelo deputado Salvador Mandim, criticando o governo e aguçando os movimentos estudantis, até aquele momento a Frente Ampla não se manifestou sobre os acontecimentos estudantis, porém uma nota de compadecimento com o falecimento de Edson Luís mudou a visão do Estado sobre o movimento e os ministros argumentavam e exigiam que o governo tomasse uma atitude; cedendo à pressão dos aliados e o aumento da oposição civil devido às grandes mobilizações, o Ministro da Justiça Gama e Silva emite a Portaria nº 177, proibindo qualquer manifestação da Frente Ampla, ou em seu nome ficando ilegal perante a lei (DELGADO, 2013:201).

Nas semanas seguintes à portaria os correligionários da frente fizeram várias defesas em nome do movimento através da imprensa e de discursos parlamentares, no dia 20 de abril Lacerda viaja a Europa permanecendo fora por mais dois meses, apesar das negações de seus aliados sobre sua saída do movimento, a Frente Ampla foi declarada ilegal antes do AI-5, mesmo enfraquecida, sem autonomia e apoio popular os Serviços de Informação da ditadura, em relatório posterior ao AI-5 em 30 de dezembro de 1968 informou que os meses após o retorno de Lacerda, junho e julho foram marcamos por novas reuniões dos ex-membros da Frente Ampla, como tentativa de restabelecer um novo movimento de oposição ao regime, mas dessa vez na ilegalidade e conspiratório, especulava-se

novos contatos com áreas militares, mas não há confirmação nos documentos. O relatório enviado ao Conselho de Segurança Nacional informa:

> (…) a transformação da Frente Ampla em Frente de Libertação Nacional apoiada pelo Partido Comunista (Ação Popular) e os movimentos estudantis e operários, seu objetivo seria obter o Estado de Sítio, fechamento do Congresso e medidas de exceção para estabelecer um clima de subversão. A cúpula do movimento seria ocupada por: JK, Jango Lacerda e Helder Câmara. (…) pretendia intensificar a ação interna para obter agitações e movimentos grevistas constantes nos meios estudantis e trabalhistas, com participação ativa da Ação Popular de Helder Câmara e Sebastião Baggio. Integração com um Bloco Parlamentar Trabalhista em ação contra o Governo (…) (DELGADO, 2013:205).

Embora a Frente Ampla tenha falhado como oposição política, a oposição civil continuou se manifestando, em 26 de junho de 1968 uma manifestação no Rio de Janeiro ficou conhecida como a Passeata dos Cem Mil que protestara contra a violência praticada pela polícia atingindo estudantes e populares. A organização do movimento foi promovida pelo movimento estudantil, principal núcleo de oposição ao regime militar, também contou com a adesão de intelectuais, operários, profissionais liberais, religiosos e populares, as principais reivindicações eram o restabelecimento das liberdades democráticas e a suspensão da censura à imprensa, concessão de mais verbas para a educação (LAMARÃO: 2001).

O ano de 1968 foi marcado por manifestações populares contrárias ao regime, o aumento da radicalização política, greves e protestos, atentados a bomba, milhares de prisões e uma crise no Congresso Nacional envolvendo o pedido de cassação do deputado emedebista Márcio Moreira Alves, culminou com a decretação do AI-5. Ato Institucional nº5 responsável pelo endurecimento da censura e repressão, proporcionando ao regime poderes para reprimir seus opositores, fechou o Congresso Nacional, cassou mandados eletivos e suspendeu por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, interviu em estados e munícipios, decretou confisco de bens por enriquecimento ilícito e suspendeu o direito de habeas corpus para crimes políticos (DELGADO, 2013:206).

O Ministro da Justiça, Gama e Silva, anunciou as medidas em pronunciamento aberto à TV, os primeiros efeitos foram percebidos de imediato, Juscelino Kubitschek, no mesmo 13 de dezembro de 1968 encontrava-se no Teatro Municipal do Rio como paraninfo de uma turma de formandos foi levado para um quartel em Niterói, onde permaneceu preso por vários dias, o ex-governador Carlos Lacerda foi preso no dia seguinte pela PM de Guanabara, após uma semana em greve de fome conseguiu ser libertado, por persistência de sua família e amigos que escreviam cartas às autoridades para zelar a saúde do político (DULLES, 1992: 200). No mesmo dia fatídico o *Jornal do Brasil* antes

de seu prévio fechamento publica uma previsão do tempo devastadora, na verdade se autocensurou para driblar a censura prévia, muitas vezes a página principal era deixada em branco ou preenchida com letras de músicas, receitas, poemas e anúncios irrelevantes, outros métodos como mensagens subliminares eram inseridas nos textos jornalísticos.

> Previsão do tempo: tempo negro. Temperatura sufocante e ar irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.: 38º em Brasília e Mín.: 5º, nas Laranjeiras (MARQUES DE MELO, 1998:169).

O jornal adotou esse dispositivo para manifestar-se e informar seu leitor da dimensão dos acontecimentos políticos, a imprensa brasileira passou por uma transformação depois do AI-5, antes do ato a censura já atuava nos meios de comunicação, alguns jornalistas foram presos; a promulgação foi uma forma de institucionalizar a censura na mídia, vale ressaltar que grande parte da imprensa apoiou a derrubada de Goulart em 1964 e agora sofria com a repressão imposta pelo governo que ela mesma apoiou (AQUINO, 2008).

Ainda em dezembro foi editado o Ato Complementar nº 38 decretou o recesso do Congresso Nacional por prazo indeterminado, completando o quadro repressivo estendendo-se até 22 de outubro de 1969 e quando voltou a funcionar estava com suas prerrogativas deveras reduzidas para eleger o General Médici (DELGADO, 2013:206). Em 30 de dezembro saiu as primeiras listas de cassações, com 11 deputados federais dentre eles Moreira Alves e Renato Archer, após a onda de cassações Lacerda abandona a vida pública e passa a viver de seus empreendimentos, o mesmo aconteceu com Juscelino Kubistchek que passa a viver de suas empresas e fazenda em Goiás, Jango continuou a ser um fazendeiro de sucesso na Argentina e Uruguai até sua morte no exílio, a Frente Ampla termina de vez com as cassações de 1968 e 1969 (DELGADO, 2013:207).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia nos proporcionou compreender a origem da cultura política e dos sistemas políticos democráticos, tendo o ser humano como ator político racional e as diferentes tipologias democráticas que demandavam dos cidadãos valores e atitudes políticos, assim como o conjunto de tradições, práticas e representações políticas de determinados grupos que expressam a identidade coletiva através do passado e da memória da ditadura brasileira e sua totalidade repressiva, expurgos e a violência. O Movimento Frente Ampla surge num período onde o autoritarismo e a centralização dos poderes no Executivo se apresentavam como prática institucional e as Forças Armadas utilizavam o poder coercitivo do Estado para conter a oposição.

Os ideais do movimento político voltados para a formação de opinião pública em busca da redemocratização aliados há diversas correntes ideológicas como o liberalismo, conservadorismo, trabalhismo e o sindicalismo para derrubar o governo golpista, apenas em meados de 1968 ganha visibilidade e aumenta sua atuação civil através do principal canal de comunicação junto à sociedade civil: a imprensa. Com reportagens, entrevistas, declarações e artigos políticos publicados nos principais jornais de circulação nacional mostraram que a Frente Ampla não era apenas uma conspiração (DELGADO, 2013:36).

A grande produção de narrativas sobre a ditadura é baseada em testemunho, documentos oficiais, periódicos de imprensa, escritos que oferecem certezas e verdades, condizentes com as experiências vividas pela sociedade, repleta de sentimentos que auxiliam na reconstrução da memória. O presente que resgata o passado faz com que o sujeito reapareça e a história reafirme a confiança do indivíduo que narra sua vida para reconstruir sua identidade, o interesse nos indivíduos comuns e a valorização dos detalhes ignorados, exigindo novos discursos de memória (diários, relatos, cartas) que precisam ser ouvidos e trabalhados pela historiografia (SARLO, 2007).

O conteúdo das correspondências, a troca de ideias e a forte iniciativa em participar do movimento fixam rupturas e através delas as relações sociais se reúnem, isto é, envolve sua rede profissional de sociabilidade, gerando opiniões e sentimentos diversos firmando-se estratégias de atuação popular. Por essa razão são documentos valorizados e relevantes para o entendimento da circulação de ideias e de homens nos espaços públicos. A centralização e o número de cartas trocadas por simples cidadãos e Carlos Lacerda desempenha um grau de interação com um objetivo comum, nesse caso o surgimento da mobilização social pelas ideias da Frente Ampla e a luta contra o Estado repressor. Infelizmente, o movimento foi encerrado pela Portaria n° 177, que proibia qualquer manifestação da Frente Ampla, ou em seu nome tornando-se ilegal perante a lei, tal medida se deu

devido a um manifesto escrito por Lacerda e JK e lido pelo deputado Salvador Mandim na tribuna da Assembleia Legislativa da Guanabara, em abril de 1968, junto a uma nota de compadecimento com o falecimento do estudante Edson Luís, o que estimulou mobilizações sociais e na tentativa de coibir e agradar os aliados do governo que sentiam-se ameaçados a portaria foi criada. (DELGADO, 2013:201).

O ano de 1968 foi marcado por manifestações populares contrárias ao regime. O aumento da radicalização política, greves e protestos, atentados a bomba, milhares de prisões e uma crise no Congresso Nacional envolvendo o pedido de cassação do deputado emedebista Márcio Moreira Alves, culminou na decretação do AI-5. O Ato Institucional foi responsável pelo endurecimento da censura e repressão, fechou o Congresso Nacional, cassou mandados eletivos e suspendeu por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, interveio em estados e municípios, decretou confisco de bens por enriquecimento ilícito e suspendeu o direito de habeas corpus para crimes políticos (DELGADO, 2013:206).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

Arquivo Carlos Lacerda/Obras Raras – Biblioteca Central da UnB – Brasília – DF

Série: Vida Política (caixa 90)

Subsérie: Militância Política

Datas Limites: 1963-1971

Dossiês: Frente Ampla, Documentos Básicos da Frente Ampla, Discursos e Pronunciamentos, Nota do Encontro de João Goulart e Carlos Lacerda, Correspondências.

Artigos e tese on-line:

AQUINO, Maria Aparecida de Aquino. *AI-5: a imprensa acusou o golpe: depoimento.* 10/12/2008. Oi na TV: Diretório Acadêmico. Entrevista concedida a DINIZ, Lilia. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/ai5-a-imprensa-acusou-o-golpe/>. Acesso em 15/08/2017.

CARDOSO, Célia Costa. *Governo Castelo Branco, Contragolpe e Frente Ampla nas memórias de militares e civis (Brasil: 1964-68).* Disponível em: <http://docplayer.com.br/17177073-E-frente-ampla-nas-memorias-de-militares-e-civis-brasil-1964-68-celia-costa-cardoso-1.html>. Acesso em 15/08/2017.

CASTRO, Celso. *Os militares e o governo de João Goulart.* Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_militares_e_o_governo_JG>. Acesso em 15/08/2017.

DELGADO, Márcio de Paiva. *A Frente Ampla de oposição do Regime Militar (1966-1968).* Tese (Doutorado em História) Faculdade de filosofia e ciências humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2013. Disponível em: <https://l.facebook.com/l.php?u=http%3A%2F%2Fwww.bibliotecadigital.ufmg.br%2Fdspace%2Fbitstream%2Fhandle%2F1843%2FBUBD-9D8FCP%2Ftese___doutorado___vers_o_final___ficha_catalogr_fica.pdf%3Fsequence%3D1&h=ATNcPvycsWTIjK5jLCUt8fkmFghjXDNLjK41gzpHK6i-

ZUihCszLc7t0vFBgYmk2CjM7PO93geKXznIjp8qIs88x_V2SMB790dKkVJUkUjfqUfDwAK_u9zSP_IyhUZLoIu9Y0a84HbVdQ9vEBM14nal_X-XBug>. Acesso em 15/08/2017.

FICO, Carlos. *"Prezada Censura": cartas ao regime militar.* Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n5/2237-101X-topoi-3-05-00251.pdf>. Acesso em 15/08/2017.

LAMARÃO, Sérgio. *A conjuntura da radicalização ideológica e o Golpe Militar: A Marcha da Família com Deus pela Liberdade.* Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_marcha_da_familia_com_Deus>. Acesso em 15/08/2017.

MELITO, Leandro. *Há 45 anos, a morte do Estudante Edson Luís mobilizou o país.* Portal EBC, 2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2013/03/ha-45-anos-a-morte-do-estudante-edson-luis-mobilizou-o-pais>. Acesso em 15/08/2017.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Os lugares dos historiadores e da história na sociedade brasileira.* Disponível em: <https://www.academia.edu/14883558/Os_lugares_dos_historiadores_e_da_história_na_sociedade_brasileira>. Acesso em 15/08/2017.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. *História, Memória e as disputas pela representação do passado recente.* Disponível em: <https://www.academia.edu/19606177/História_Memória_e_as_disputas_pela_representação_do_passado_recente >. Acesso em 15/08/2017.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia.* Disponível em:

<https://www.academia.edu/23368211/Desafios_e_possibilidades_na_apropriacao_de_cultura_politica_pela_historiografia>. Acesso em 15/08/2017.

NICOLAZZI, Fernando. *A história entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea.* Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/274171147_A_historia_entre_tempos_Francois_Hartog_e_a_conjuntura_historiografica_contemporanea>. Acesso em 15/08/2017.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio.* Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em 15/08/2017.

Atos Institucionais, Atos Complementares, Leis, Decretos e Emendas

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Ato Institucional nº1, de 09 de abril de 1964. Portal da Legislação, Rio de Janeiro, abril, 1964. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 20/09/2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967. Portal da Legislação, Brasília, março, 1967. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/decreto-lei/1965-1988/Del0314.htm>. Acesso em 20/09/2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Ato Complementar nº4, de 20 de novembro de 1965. Portal da Legislação, Brasília, novembro, 1965. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-004-65.htm>. Acesso em: 20/09/2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Emenda Constitucional nº9, de 22 de julho de 1964. Portal da Legislação, Brasília, julho, 1964. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc09-64.htm>. Acesso: 20/09/2017.

Livros

ALCAUD, David; BOUVERT, Laurent. *Dictionnaire de sciences politiques et sociales*, Paris: Sirey, 2004.

ALVES, Márcio Moreira. *68 mudou o mundo.* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984).* Petrópolis: Vozes, 1987.

BANDEIRA, Moniz. *1964: A CIA e o Golpe de Estado*. In TOLEDO, Caio Navarro (Org.). *1964: O Golpe Contra a Democracia e Reformas*. Florianópolis: Editora em Debate, 2014, p. 81 – 95.

BAQUERO, Marcello (Org.). *Democracia, partidos e cultura política na América Latina.* Porto Alegre: Kuarup, 1989.

BARBOSA, Vivaldo. *A rebelião da legalidade.* Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BERSTEIN, Serge. *A cultura política.* In: Jean-Pierre Rioux; Jean-François Sirinelle (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-359.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política.* 13ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

CALICCHIO, Vera. *Verbete: Atos Institucionais.* In *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*, 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

CANCIAN, Renato. *Comissão Justiça e Paz de São Paulo: Gênese e Atuação Política 1972-1985.* São Carlos: Edufscar, 2006.

CARVALHO, José Murilo. *Forças armadas e política no Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

D'ARAÚJO. Maria Celina; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe:* a *memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe.* Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda: A vida de um lutador.* Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

FERREIRA, Jorge. *O nome e a coisa: o populismo na política brasileira.* In: _____ (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibud. *Democracias ou Reformas? Alternativas Democráticas à Crise Políticas: 1961-1964.* São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada: as ilusões armadas.* Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. *História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões*. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (Org.). C*ulturas Políticas – ensaios de história cultural, história política e ensino de história.* Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *A escrita de si e a escrita da História,* Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GRINBERG, Lucia. *Partido ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional – ARENA (1965-1979).* Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade:* presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KELLER, Vilma. *Verbete: Carlos Frederico Werneck de Lacerda.* In *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

LAMARÃO, Sérgio. Verbete *Passeata dos Cem Mil.* In *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MALATIAN, Teresa. *Cartas: narrador, registro e arquivo*. In PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *O historiador e suas fontes.* São Paulo: Contexto, 2011.

MARQUES DE MELO, José; QUEIROZ, Adolpho (Org.). *Identidade da imprensa brasileira no final do século: das estratégias comunicacionais aos enraizamentos e às ancoragens culturais.* São Bernardo do Campo: UNESCO, 1998. p. 169.

MATTOS, Marcelo Badaró. *As lutas da classe trabalhadora e o Golpe de 1964.* In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.). *1964: O Golpe Contra a Democracia e Reformas.* Florianópolis: Editora em Debate, 2014, p. 54-80.

NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB, semeadores da democracia: história oral de vida política.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro.* São Paulo: Contexto, 2014, p.71.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. Sá (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.* Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RÉMOND, René. *Por uma história política.* 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

RIBEIRO, David. *O Congresso Nacional e o Golpe de 1964: Elaboração, Execução e Legitimação.* In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.). *1964: O Golpe Contra a Democracia e Reformas.* Florianópolis: Editora em Debate, 2014, p. 29-52.

RIOUX, Jean-Pierre. *A memória coletiva.* In: Jean-Pierre Rioux; Jean-François Sirinelle (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 307 -330.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SIMONSEN. M. H., CAMPOS, R.O. *A Nova Economia Brasileira.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

SINGER, P. *A crise do "milagre".* 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina. *21 anos de regime militar: Balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

TRAVERSO, Enzo. *O Passado, Modos de Usar*: história, memória e política. Tradução Tiago Avó. 2ª ed. Unipop, 2012.

ANEXOS

1. **CARTILHA DE DIVULGAÇÃO DOS DOCUMENTOS PRINCIPAIS DA FRENTTE AMPLA (MANIFESTO PUBLICADO JUNTO À IMPRENSA, DECLARAÇÃO DE LISBOA E O COMUNICADO CONJUNTO DE SEUS PRINCIPAIS LÍDERES).**

NOTA DO DEPUTADO RENATO ARCHER

A secretaria-geral da Frente Ampla apresenta à opinião pública os documentos iniciais que caracterizaram a formação dêsse movimento, que visa à pacificação política do Brasil, através da plena restauração do regime democrático em nosso país.

Os documentos, compilados por esta secretaria-geral, são os seguintes: a nota divulgada em 28 de outubro de 1966 pelos participantes da reunião do Rio de Janeiro, em que se constituiu formalmente, a Frente Ampla; a nota conjunta do presidente Juscelino Kubitschek e do governador Carlos Lacerda, emitida em Lisboa, em 19 de novembro de 1966; e a nota conjunta, do presidente João Goulart e do governador Lacerda, emitida em Montevidéu, em 25 de setembro de 1967.

RENATO ARCHER
Secretário Geral

MANIFESTO INICIAL DA FRENTE AMPLA

A redemocratização do País através de eleições livres e diretas, a reforma dos partidos e instituições, a retomada do desenvolvimento econômico e uma política externa soberana são os temas principais do manifesto da FRENTE AMPLA, divulgado pelo Sr. Carlos Lacerda em entrevista coletiva na TRIBUNA DA IMPRENSA.

"Ao povo me dirijo para dar satisfações do que procurei fazer. Procurado por vários representantes das correntes democráticas, concordei num entendimento que, acima das pessoas e suas divergências, pudesse definir rumos para o Brasil.

Por motivos que não me compete analisar, aos quais não está alheia a coação exercida pelo Govêrno, que usa os instrumentos do poder para dividir, com ameaças de punição e de represálias, vejo-me na contingência de divulgar sòzinho êste manifesto a favor da união do povo.

Em todos os momentos dêsse entendimento, antes e sempre, tenho em vista o povo, seus sentimentos e aspirações; e nossas responsabilidades perante o Brasil.

Por isto, entendo útil dar à imprensa êste documento, para que o divulgue, se assim entender, a fim de que o povo tome conhecimento; pois a êle é dirigido e acredito que lhe interessem estas linhas, que em sua intenção foram escritas

PELA UNIÃO POPULAR

Em nome do povo brasileiro vimos apresentar o protesto e a reivindicação que êle merece e exige.

Representamos correntes de opinião que, juntas, reúnem a maioria do povo. Representamos, também, instituições que perante a história encarnamos pela mão do povo. Defendemos o voto e a lei, em função da ânsia de liberdade e do programa social, cultural e econômico que caracteriza o Brasil moderno no mundo em mudança.

Dessa representação nenhuma violência nos pode privar. E o povo precisa que seus líderes falem — para que em seu lugar não sejam ouvidos apenas os que têm mêdo do seu voto.

Juntos, não somos a mera expressão de uma frente ocasional. Nosso encontro é mais importante do que as nossas pessoas. Temos o dever de dar voz ao povo silenciado. E definir, em seu favor, os rumos que, seja qual fôr o sacrifício pessoal a fazer, o povo tem o direito de exigir de todos os que tiveram ou aspiram a ter a honra de governá-lo.

Há momentos em que se unir para lutar por todos é a única forma de ser coerente. Assim diante da invasão. Assim, também, diante da usurpação. Assim na guerra. Assim nessa guerra que o Brasil tem de enfrentar: a guerra contra o atraso, o pessimismo, o desalento. Essas fôrças negativas apropriaram-se do Poder. O povo precisa, unido, mobilizar-se para fazer triunfar a esperança de dias melhores.

A nossa união, pessoalmente desinteressada, representando a superação de graves divergências e naturais ressentimentos, é respeitável precisamente porque não é manobra política e sim mandado da consciência.

Não foi fácil o nosso encontro. Mas vale o esfôrço, pelo resultado e pelo exemplo. Nossa pessoa é a que menos interessa. As ditaduras vivem da desunião dos que prezam mais as suas divergências do que a liberdade do povo. Por isto, mais do que nunca esquecemos o amor-próprio e a vaidade, para falarmos juntos o que a grande maioria do povo sente, pensa e quer.

O exílio e o ostracismo não bastam para exonerar-nos da condição de brasileiros e da obrigação de fixar rumos, ante a decepção e a angústia que se apoderaram do povo. Pode, o arbítrio, privar alguns, ou muitos, segundo a maré do ódio ou as tortuosas conveniências do grupo dominante, do seu direito de influir nas decisões nacionais. Mas não nos priva, nem isenta dos nossos deveres para com o povo e a Pátria. Maiores do que os nossos erros e capacidades, êsses deveres têm de ser exercidos com lealdade e na hora oportuna — que é esta.

Houve uma "eleição" para a qual o povo não deu podêres a ninguém. Tem o povo o direito de saber o que pretendem fazer, à sua custa, os que se arvoram em tutôres do Brasil.

Não nos encontramos para o conformismo nem muito menos para a adesão, como fazem alguns que serviram conosco ou se serviram de nós, mas se ajuntam à usurpação e colaboram com a impostura, sem olhar coerência e sim apenas conveniência.

Numa hora de evasivas, trazemos uma afirmação. Numa hora de protestos, trazemos motivação. Numa hora de violência, traremos uma palavra de paz. Não uma paz imposta, mas uma paz consciente e livre.

Não fazemos a apologia do passado. Nem crítica, nem autocrítica. Apenas ressaltamos que havia um esfôrço constante do aperfeiçoamento do sistema democrático, ao qual o povo penosamente ascendia no correr do tempo. Êsse esfôrço recebeu a contribuição, menor ou maior, no Govêrno ou na oposição, dos signatários e de milhões de brasileiros. Hoje, essa conquista, renegada por alguns, é negada a todos. Depende do capricho de um e do arbítrio de alguns que tal capricho guiam, ao sabor de suas conveniências e peculiares interêsses.

Preocupa-nos, nos erros do presente, o comprometimento do futuro do Brasil. Renegar o esfôrço, já incorporado ao patrimônio do povo, de tantos anos de exemplos e de lutas, é deixar no País a ferida aberta às infecções totalitárias. Essa tristeza, como desalentada postura em que êle se encontra não é senão à véspera do desespêro, que leva a tudo. Já o protesto da mocidade, brutalmente sufocado, é a evidência da inevitável reação do povo.

A eleição foi suprimida e, no entanto, era cada vez mais autêntica. Interrompê-la, agora, é um crime contra a eficácia do processo democrático, que não exclui erros inevitáveis mas os corrige pelo próprio uso dos instrumentos da democracia. Os ditadores raramente acertam, onde o povo erra. E quando erram os ditadores, o seu êrro quem paga é o povo.

Havia, e urge reacendê-lo, um impulso de fé e confiança do povo em suas próprias fôrças, governar deve ser animar. Hoje, é deprimir. Governar deve ser mobilizar entusiasmos e capacidades. Hoje, é desconfiar e improvisar. Havia um certo otimismo criador com o qual as nações se confessam de antemão vencidas. Êsse otimismo precisa ser restaurado. Para isto é preciso substituir no Poder os que desprezam o povo porque não conseguindo inspirar confiança são pessimistas sistemáticos.

A crise de confiança em nome da qual se derrubou um govêrno, suspeitado de pôr em perigo as eleições, tornou-se uma trágica realidade sob o atual Govêrno, que acabou com as eleições. Como pode o povo confiar em quem nêle não confia e, para não lhe dar vez, tomou-lhe o lugar?

Revolução autêntica teria sido aquela que desse, há de ser aquela que dê ao povo maior participação, e não menor, nas decisões que merecem o seu destino.

O povo não quer o que lhe dão, ou seja, um govêrno subserviente a decisões tomadas no exterior, hostil ao povo e temeroso de seu julgamento, usando abusivamente as armas da segurança nacional para coagi-lo e imobilizá-lo, implantando a

insegurança, a descrença e a ansiedade em tôdas as classes e em todos os lares.

As desculpas para um regime antidemocrático estão esgotadas. O Brasil repele tutelas e curatelas.

Não há quem não estranhe que se pretenda converter o Brasil em arena para um prélio de oportunistas em busca de supremacia pessoal. Entre o teleguiado de uns e as evasivas táticas de outros, impõe-se o dever de falar, e com clareza assumir compromissos e responsabilidades perante o único senhor dêste País, que é o seu povo. As próprias decisões da política econômica, em cujo nome tantos crimes se cometem, exigem, para serem eficazes, essa garantia. Pois, como pode a opinião pública, nacional e internacional, confiar no que desconhece, acreditar no que não se afirma, conhecer o que deliberadamente se pretende ocultar?

Por tudo isto é que nos decidimos a traduzir as exigências do povo brasileiro.

A êle devemos gratidão e fidelidade.

Aos trabalhadores esmagados pela reação, que se expulsou da comunidade como se fôssem párias. Foi-lhes negado voz para protestar e voto para decidir. São oprimidos pelo desemprêgo, pela perda crescente do seu poder aquisitivo, pelo congelamento dos salários, pela instabilidade que agrava e injustiça. Aos trabalhadores declaramos a nossa disposição de realizar esta união para defender o seu direito de existir e de aspirar a melhores condições de vida.

Aos estudantes, para os quais a escola continua a ser escassa, nega-se até o direito de se manifestarem — nesta nação de jovens — com o entusiasmo e o altruísmo da juventude. Aos moços declaramos o nosso propósito de, juntos, lutarmos para que êles tenham a oportunidade de influir e, participando, preparar-se para tomar conta do que é seu.

Às mulheres, lembramos que os sentimentos religiosos foram explorados pelos que se atiram hoje contra a Igreja, à qual os usurpadores pretendem negar o cumprimento do dever de exprimir o protesto dos injustiçados e dar voz aos que forem silenciados.

A elas e, em geral, à família brasileira, declaramos que a nossa aliança visa a garantir a paz dos povos livres, a paz dos povos confiantes, a grande paz generosa dos povos que deliberam e decidem, diferente da paz do mêdo, a paz das emboscadas e dos sofismas, a paz dos artifices legais para destruir a legalidade, a falsa paz dos golpes retrógrados e das revoluções sem programa.

As classes médias, que se ampliavam e precisam crescer, como elemento e sistema de equilíbrio e prosperidade numa mocidade democrática, hoje esmagadas e marginalizadas, lançamos esta palavra de convocação e união.

Os empresários, os quadros dirigentes da administração pública e privada, os que dispõem de recursos para investir, e tentam formar a poupança para acelerar a formação do capital nacional, são menosprezados, mantidos sob suspeita, tratados como se alguns ocupantes do Poder tivessem o monopólio da integridade e da competência. Aos que criam a riqueza negam tudo, a começar pelo crédito. Mas, tudo se concede a quem, vindo de fora, compra o que os brasileiros já não podem manter ou já não se animam a fazer; e a título de assessorar, os instrumentos dessa ocupação branca dirigem a Nação.

Quanto mais se improvisa mais se mente a um país que só pela verdade terá salvação.

É a longa experiência, contraditória e sofrida, dêsses brasileiros todos, de tôdas as classes e setores, que nós reclamamos seja ouvida e respeitada. Incluímos, naturalmente, os militares, cuja tradição democrática não permite que apóiem a usurpação dos direitos do povo. O conceito moderno de segurança nacional inclui as Fôrças Armadas como participantes ativas do desenvolvimento econômico, pelo aproveitamento de seus quadros, em tempo de paz. Nem isso fêz o Govêrno, no entanto, chefiado por um militar que promove o divórcio entre o povo civil e o militar.

O regime vigente, que só se define pela negativa, dizendo-se "anti-subversivo" e "anticorrupto", é antidemocrático e antinacional. Pelo arbítrio subverte e pela coação, corrompe.

O espírito retrógrado, a política anacrônica, a subserviência a decisões estranhas ao interêsse nacional, a mentalidade reacionária, não são a defesa adequada contra o que a maioria repele. Muito menos num país cujo ímpeto é progredir sem prevenções nem subordinações espúrias.

Impor-se ao povo pela fôrça é convencer o povo de que só pela fôrça êle pode recuperar os direitos que lhe foram arrebatados. Não é possível que a fôrça armada seja o único instrumento de constituição e funcionamento de um govêrno. Não se pode aceitar que 80 milhões de criaturas sejam dirigidas pela coação e pela intimidação. Se o "vácuo político" é que deu ensejo à ocupação do Poder pelas armas, é tempo de unir o povo — todo o povo, civil e militar para acabar com essa anomalia e colocar o Brasil no caminho da democracia. Revolução não quer dizer **recuo**, nem **deformação** quer dizer **transformação**.

A nossa voz é do protesto e advertência em favor de uma saída democrática para o Brasil — enquanto é tempo. Não queremos a volta ao passado. O que nos move não é a nostalgia nem a vindita.

Queremos para o Brasil, sempre o melhor. Por isto mesmo é que às vêzes que lhe deram o exemplo de sua capacidade de luta e afirmação, até os extremos da desunião, unem-se agora para dizer aos brasileiros: é tempo de acabar com a impostura dos falsos salvadores da Pátria e da Democracia.

Porque o nosso pronunciamento é de união do povo, por convicção e não pela ambição pessoal ou mero oportunismo, cada palavra que escrevemos é medida e visa a exprimir a realidade, sentida e vivida pelo nosso povo.

Tudo o que nos separou e pode ainda distinguir aspectos peculiares de nossas convicções, modos de ser e agir, cede ao que é mais profundo e permanente em cada brasileiro: o mesmo sentimento da pátria e o mesmo dever para com o povo, que governamos e continuamos a representar.

Reclamamos para o Brasil a instalação de um regime democrático que considere as transformações do mundo atual e seja fiel às peculiaridades nacionais, de forma a permitir a real participação política de todos os setores do povo.

É necessário convocar, a curto prazo, eleições livres pelo voto secreto e direto.

Exigimos respeito às garantias jurídicas e aos direitos individuais. Sobretudo, proteção à pessoa humana, livre de tôda coação senão a de lei livremente elaborada e sancionada por representantes livremente eleitos pelo povo.

Consideramos indispensável uma reforma dos partidos e das instituições, para que representem, de fato e de direito, os interêsses do povo e não sejam mecanismos frios, vazios de conteúdo, impostos por tutôres e não propostos por líderes democráticos. Será o único meio de contar a Nação com instituições e partidos autênticos, capazes de não serem empolgados por minorias sociais, grupos financeiros ou fôrças internacionais.

Afirmamos que a política econômica deve ser inequivocamente ditada só pelo interêsse nacional. Nem política "de choque" nem "gradualista". Estas partem de uma noção falsa, a de que o maior, senão único problema é "salvar" a moeda. Depois do malôgro dessa política continuam a insistir na tônica errada, como se o êrro fôsse apenas de aplicação e não de concepção. O que está errado é confundir com inflação os investimentos e despesas indispensáveis à aceleração do desenvolvimento — sem o qual o país passa da pobreza à miséria, com tôdas as suas conseqüências. Perdendo a nação não se salva nem a moeda. Não adianta, pois, tentar salvar a moeda condenando a nação à estagnação e o povo ao desespêro.

O desenvolvimento econômico é o objetivo central da política que propomos. Não tem cabimento adotar fórmulas rígidas, concebidas para países ricos e impostas a países que ainda não enriqueceram. A política econômica para o Brasil tem de visar à expansão de mercado interno, melhores salários para aumentar a capacidade de consumo e incorporação dos setores rurais marginalizados do processo econômico.

A ajuda estrangeira não pode continuar a ser a panacéia com que nos acenam como pretexto para reduzir a capacidade de consumo e a expansão econômica brasileira dentro de suas próprias fronteiras.

Internamente, não se trata de apelar para os ricos nem se queixar porque não dão esmola bastante aos pobres, e sim dar apoio efetivo à criação da riqueza nacional. Isto se consegue pela defesa intransigente dos preços dos produtos que exportamos, pela prioridade nos investimentos, e sobretudo, pela necessidade de fazê-los a curto, médio e longo prazos, seguindo prioridades e metas devidamente programadas.

Não advogamos a causa da inflação. Esta é crônica e não tem nem precisa ter dia marcado para acabar. Se não foi extinta com a política do desenvolvimento, também não o foi nem será com a política da estagnação.

Nenhum país ainda pobre resolveu seus problemas com a política imposta pelo FMI. Ao contrário. Seus resultados, no Brasil, em dois anos e sete meses, são: desestímulo, desorientação, desemprêgo, decadência, desordem e desespêro.

Aos ricos promete-se, agora, que ficarão mais ricos. Mas ao mesmo tempo são ameaçados de novas taxações. Pois o regime que prometeu estímulo à iniciativa privada declarou guerra ao lucro.

Enquanto isso, os pobres já não têm o que comer e os remediados se empobrecem. Só o Estado, pela arrecadação dos impostos, enriquece. E ainda assim, apenas na aparência. O "equilíbrio" orçamentário não inclui o indispensável aumento dos vencimentos civis e militares, o que basta para mostrar a sua falsidade. "O saldo" de divisas é apenas o resultado da **falta** de importações por estagnação econômica.

A obsessão do "primeiro arrumar a casa" financeiramente leva a destruí-la econômicamente. Não é por meras evasivas

que se pode contornar a necessidade de uma definição que exige audácia confiança e o indispensável apoio popular.

A política econômica a seguir deve basear-se nos recursos nacionais. A contribuição estrangeira deve ser condicionada à sua utilidade real e não às miragens da "ajuda" de fora.

O atual Govêrno descapitaliza as fôrças da produção, contém salários enquanto os preços disparam, nega o crédito e aumenta o custo do dinheiro. É mais certo sacar sôbre o futuro, numa nação que tem futuro, do que entregá-lo ao domínio de interêsses estranhos aos que trabalham e vivem no Brasil.

O tamanho, as dimensões, a diversidade do País impõem a descentralização das aplicações da política econômica. Urge promover autonomia de iniciativa, mantendo-se a ação federal num número restrito mas indispensável de atividades decisivas na promoção do desenvolvimento. Para eliminar os focos da inflação crônica, é preciso retomar, com as lições da experiência, um esfôrço intenso de modernização do País e conquista de eficiência econômica.

A elaboração de um programa assim concebido, que está na consciência de todos, deve concluir pela formação e aplicação de um Projeto Brasileiro. Este deve ter um sentido de confiança, abandonando corajosamente os erros, com igual coragem aproveitando o que há de válido nas experiências anteriores.

A tarefa a realizar no programa econômico, do qual o financeiro é mero complemento só será exeqüível se com ela se comprometerem governos, empresários, trabalhadores, militares, o povo inteiro, em verdadeiro movimento político de mobilização nacional. Todo o esfôrço nacional, externa e internamente, deve concentrar-se nesse programa.

Urge repor o processo do desenvolvimento brasileiro em têrmos de confiança no esfôrço nacional, na expansão do mercado interno na mobilização do povo brasileiro para aumentar a produção e melhorar a produtividade. Os investimentos reprodutivos quer financeiros, quer sociais, não devem ser retardados. Ao contrário, acelerados, só assim se poderá reabsorver o excesso de moeda emitida, com acréscimo de riqueza produzida.

É preciso, portanto, que a política econômica seja lastreada pelo apoio popular. Êste não pode ser mobilizado pelos que desconfiam do povo e o temem a ponto de marginalizá-lo do processo político.

Afirmamos a necessidade de adotar uma política externa que exclua o Brasil, expressamente, de participação em qualquer bloco político-militar.

Acreditamos que o Brasil, nação emergente, mas que já começa a pesar na balança do poder mundial, não pode ser mero apêndice de quaisquer blocos político-militares.

O único compromisso do Brasil deve ser com a preservação da raça humana, sem discriminação racial sob pretexto nenhum e sem paternalismos de nações sôbre nações; e com o desenvolvimento econômico, social e cultural de cada um e de todos os povos.

Afirmamos a necessidade de rever e atualizar o conceito de segurança nacional, de modo a que as Fôrças Armadas participem dêsse esfôrço. Insistimos na necessidade de formular uma doutrina militar própria do Brasil, atualizada em relação às suas tarefas em tempo de paz, visando ao bem-estar do povo e pleno exercício da soberania nacional.

Reivindicamos a discussão e proposição de uma política de reformas nas estruturas sociais e econômicas que retardam a aceleração do progresso nacional e a ascensão das fôrças de trabalho. Esta deve ser a tônica de uma política de paz e reforma democrática para acelerar o desenvolvimento. O Brasil precisa recuperar-se do atraso que lhe vem sendo impôsto por pretextos e manobras que não conseguem esconder seu fundo obscurantista.

Tais reformas devem atender a quatro imperativos: o da justiça, no plano social; o da produtividade, no plano econômico; o da consolidação da soberania, no plano nacional; o da unidade básica do povo, para assegurar o fortalecimento da regra democrática; o livre debate, a predominância da maioria; o respeito às minorias e ao seu direito de se transformar em maioria; a convivência dos contrários.

Essas reformas devem ser examinadas com objetividade e franqueza, sem preconceitos nem sectarismos.

Queremos soluções práticas, ajustadas às tradições e às aspirações nacionais. Damos especial ênfase à reforma administrativa, na qual se impõe uma política de preparação de quadros capaz de garantir a execução harmoniosa e coerente das grandes etapas do crescimento nacional.

Reivindicamos o debate, proposição e aplicação de uma política de educação e ensino que atenda, também, a êsses critérios; consagre a síntese entre a tradição cristã e a humanista e dê prioridade à revolução tecnológica, a fim de que o Brasil possa acelerar o passo. O atraso tecnológico de uma nação como o Brasil aumenta os riscos de desaparecimento da sobera-

"Sabemos que, na sua grande maioria, os brasileiros são capazes, como nós, de cuidar mais de construir o futuro do que revolver odiosamente o passado, a serviço da intolerância e do ressentimento. Julgamos, pois, interpretar fielmente as aspirações do nosso povo, ao lhe pedir que se una para defender sua liberdade, assegurar a paz nacional e promover o crescimento do País de acôrdo com a concepção democrática da vida social e política.

"A essa imensa maioria de brasileiros pedimos, animados pelo nosso próprio exemplo, que dêem imediato início a consultas e providências para a formação do grande partido popular que se faz necessário à Nação, como intérprete de suas exigências e necessidades.

"Trata-se de promover a organização de uma fôrça política que devolva a esperança ao povo e lhe dê um instrumento de luta para enfrentar o grande desafio. Êle assim vencerá o inimigo de todos nós, que é o atraso agravado pela desunião dos brasileiros. Há que reanimar o povo para a imensa e fascinante tarefa de acelerar o crescimento econômico, a expansão cultural, a vitalidade política e a justiça social no Brasil.

"Pedimos, pois, a todos que se mobilizem e se organizem para que os brasileiros possam trabalhar sem tutelas, sem mêdo e sem desânimo, conscientes de sua fôrça, confiantes em sua vitória, para assegurar ao Brasil um govêrno de ação positiva e entusiástica, com a derrota do pessimismo, do reacionarismo, da rotina.

"Convocamos o povo, especialmente a juventude, para essa mobilização em favor do seu próprio futuro, que está à vista e sòmente dêle, abaixo de Deus, depende.

"Pedimos aos nossos amigos que, por tôda parte, preparem a organização dos brasileiros em tôrno do tema:

— União para a liberdade.

— Liberdade para a paz.

— Paz para o desenvolvimento.

— Desenvolvimento para o bem-estar, a independência, a segurança e a dignidade da Nação.

(AA) **JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA — CARLOS LACERDA".**

COMUNICADO CONJUNTO DO PRESIDENTE JOÃO GOULART E DO GOVERNADOR CARLOS LACERDA

Depois do encontro, foi dirtribuido o seguinte comunicado oficial pelos políticos brasileiros:

"Convencidos da necessidade inadiável de promover o processo de redemocratização do Brasil, reunimo-nos em Montevidéu. Sabemos o que significam as privações e frustrações do povo, especialmente dos trabalhadores, os que mais sofrem as conseqüências da supressão da liberdade democrática".

"Sabemos o que quer dizer o silêncio de reprovação dos trabalhadores, submetidos a permanente ameaça da violência e privados do direito de reivindicar seus direitos".

"É preciso que se transforme, corajosa e democràticamente, a estrutura de instituições arcaicas que não mais atendem aos anseios de desenvolvimento do País. É preciso assegurar aos brasileiros o aproveitamento das riquezas nacionais em favor do seu povo e não de grupos externos e internos que sangram e exploram o seu trabalho". "Ninguém tem o direito de suprimir pela mistificação, pela usurpação total do Poder Civil, ou pelo ódio, as esperanças do País de solucionar, pacìficamente, os grandes problemas do nosso tempo". "Pensamos que é um dever usar todos os recursos ao nosso alcance na busca de soluções pacíficas para a crise brasileira, sem cultivar ressentimentos pessoais, nem propósitos revanchistas". "Não nos entendemos para promover a desordem, mas sim para assegurar o estabelecimento da verdadeira ordem democrática, que não é a do silêncio e da submissão". "O salário mais justo, mais do que nunca, é uma exigência do trabalhador, esmagado pela pobreza, e de todo o País, para a expansão do mercado interno". "A retomada do processo democrático, pela eleição direta, é essencial para conquistar, ao mesmo tempo, o direito de decisão, que pertence ao povo, e a pacificação nacional, instrumento de mobilização do Brasil para o esfôrço do desenvolvimento com justiça social e autonomia nacional". "Queremos a paz com liberdade, a lei com legitimidade, a democracia não como uma palavra, mas como um processo de ascensão do povo

nia nacional e põe em perigo, por isto mesmo, a paz mundial; pois uma nação não se submete sem luta; e a luta, nesse caso inevitável, seria o começo de uma conflagração continental. Não pode o Brasil conformar-se com o papel de satélite tecnológico. É parte essencial da luta pelo desenvolvimento, o esfôrço pela atualização da ciência no Brasil.

Queremos que a Nação reúna a experiência dos conservadores, e prudência dos moderados, a esperança dos inconformados, a audácia dos reformadores. Tudo isso unido pela aspiração comum de **democratização e afirmação nacional** do Brasil. Só assim se poderá recuperar o tempo perdido e dar agora, em poucos anos de esfôrço, paciência e fé, o grande salto sôbre o atraso que atormenta os brasileiros.

Depois de tantas lutas malogradas, de tantos sacrifícios e tantos êxitos desperdiçados, só um gesto de grandeza, capaz de suportar nossas fraquezas e deficiências, será capaz de guiar o povo para encontrar o seu caminho fora do labirinto de silêncios, intrigas e pretextos em que a Nação se perdeu.

Se para a recomendação e adoção de tais diretrizes o simples amor ao Brasil é capaz de inspirar êste entendimento entre adversários, de prodígios bem maiores será capaz o povo mobilizado e organizado, uma vez recuperada a esperança que perdeu.

Com êste entendimento procuramos dar exemplo de grandeza. Possa o sentimento do dever para com a Pátria inspirar todos os brasileiros para que juntos consigamos o que separados não poderíamos fazer.

Pela união popular para libertar, democratizar, modernizar e desenvolver o Brasil!"

A

DECLARAÇÃO DE LISBOA

"Neste encontro em Lisboa examinamos a situação do Brasil e o seu futuro próximo. Nosso entendimento, ultrapassando divergências, visa a dar exemplo de superior respeito pelos interêsses profundos e permanentes do povo brasileiro, ao qual fraternalmente nos dirigimos, desta valorosa terra portuguêsa" — diz o comunicado conjunto Kubitschek-Lacerda.

"Após tantas divisões, que levaram ao vácuo político e à crise institucional e de liderança civil pela qual passa o nosso País, entendemos necessária esta convocação.

"Afirmamos a nossa convicção de que é urgente e indispensável uma política de paz e liberdade para retomar e acelerar o desenvolvimento sem o qual a Nação é condenada a viver entre a submissão e o desespêro.

"Do desenvolvimento dependem a segurança e o bem-estar de milhões de brasileiros. Sem a pacificação dos espíritos e o uso consciente e tranqüilo da liberdade, como direito e não como favor, o desenvolvimento é retardado e a Nação se torna escrava do seu atraso.

"As diretrizes da política que consideramos indispensável ao Brasil estão definidas no manifesto da Frente Ampla, que há dias apresentamos ao povo brasileiro. Tais diretrizes constituem o programa básico para uma política de reforma de estrutura e orientações nacionais. Resumem-se no tema central: paz, liberdade e desenvolvimento.

"A fim de mobilizar e organizar o povo na conquista dos objetivos definidos naquele documento, recomendamos o imediato início de entendimentos e a adoção urgente de providências para formar no Brasil um grande partido popular de reforma democrática.

"As aplicações concretas dessa definição básica deverão ser discutidas e adotadas, democràticamente, pela convenção do próprio partido, através de delegações legitimamente eleitas.

ao Poder". "A Frente Ampla é o instrumento capaz de atender com êsse sentido, responsàvelmente, ao anseio popular pela restauração das liberdades públicas e individuais, pela participação de todos os brasileiros na formação dos órgãos de Poder e na definição dos princípios constitucionais que regerão a vida nacional e a retomada dos esforços para formular e pôr em execução as reformas fundamentais e a reconquista da direção dos órgãos que decidem os destinos do Brasil". "A formação dêsse movimento — uma verdadeira Frente Ampla do povo, integrada por patriotas de tôdas as camadas sociais, organizações e correntes políticas — é a grande tarefa que nos cabe realizar com lealdade e coragem cívica, mobilizando nossas energias e concentrando-as, sem desfalecimento, para reconduzir o Brasil ao caminho democrático". "Movidos exclusivamente pela preocupação com o futuro do nosso País, não fizemos pactos, não cogitamos de novos partidos, nem de futuras candidaturas à presidência da República".

"Conversamos sim, longamente, com objetividade e respeito, sôbre a atual conjuntura política, econômica e social do País. Não temos ambições pessoais, nem o nosso espírito abriga ódios. Anima-nos tão-sòmente o ideal que jamais desfalecera de lutar pela libertação e grandeza do Brasil, com uma vida melhor para todos os seus filhos. Assim, só assim, evitaremos a terrível necessidade de escolher entre a submissão e a rebelião, entre a paz da escravidão e a guerra civil".

2. CARTAS DE CIVIS ENVIADAS À CARLOS LACERDA E AO MOVIMENTO FRENTE AMPLA.

T. A.
Respondido com telefonema em 13.4.67
CLR

Tubarão, 8 de Março de 1967.

Exmo. Sr.
Carlos Lacerda
A/C da Tribuna de Imprensa S/A
Rua Lavrad, 98
Rio de Janeiro.

Prezado Senhor.

Venho acompanhando ha tempos atravez da imprensa falada e escrita, os movimentos que V. Excia. está liderando para a constituição de um nôvo partido político, ou mais precisamente a chamada "Frente Ampla".-

Devo declarar ao distinto e nobre patrício de que essa idéia está calando muito fórte no seio da opinião pública especialmente, daquêles que não aceitam essa situação de descalabro porque foi levada esta grande Nação, com a ruina total e o fracasso da chamada "Revolução" pois as barganhas e negociatas continuam agora, com outro pêlo.

Dr. Carlos Lacerda, sou gaúcho, radicado ha cêrca de quatro ânos n/cidade de Tubarão SC. Com sua atitude agora comprovadamente honesta, me entusiasmei novamente e pretendo se Deus me der forças, lhe dar uma bôa mão por estas plagas.

A finalidade desta é oferecer meus modestos préstimos ao grande Lider Nacional, para que possamos redemocratizar esta pôbre Nacção, dando-lhe o lugar que ela merece.

Sempre fui elemento integrante do antigo PTB. Agora, fiz muita força pêlo MDB, ajudando eleger alguns companheiro que, felizmente conseguimos. Mas, nem por isso estou satisfeito com êsse MDB. Acho que é preciso outro método e a grande maioria do pôvo não está satisfeita nem com MDB e muito menos com ARENA. Votaram muitos com a Arena devido a compromissos e o mêdo de castigos e represálias. Mas não satisfaz em absoluto. Veja por exemplo, o que foi recentemente feito para eleger o vice-governador dêste Estado, mais precisamente o filho do Ex-Governador Bornhausen aliado ao atual Governador. É simplesmente uma das barganhas mais vergonhosas de que se tem conhecimento, feito às claras em pleno período revolucionário.

Pois bem senhor Carlos Lacerda, gostaria que o ilustre me inviasse algum material e diretrizes de como vamos agir ou proceder preliminarmente. Manda-me seu endereço cêrto também.

Pretendo após viajar até o Rio de Janeiro, oportunidade em que, se n/grande Lider quizesse me conceder uma audiência, com tôdo o prazer o farei.

Cêrto, pois, de sua habitual atenção, aguardo pêlas ordens de V. Excia., aproveitando para subscrever-me com os protestos de elevada estima e consideração.

Muito atenciosamente, subscrevo-me

César Fripp, Caxa Postal, 134 - Tubarão SC.

F. Aurélio

Sorborema, 26 de Setembro de 1967

passei teleg. - 13.10.
M.T.

Exmo.Snr.
Carlos Lacerda
Rio de Janeiro

Prezado Senhor

Tenho acompanhado pelos jornais a atuação politica de V. Sa.diante do estado de coisas que está acontecendo ao Brasil de 31 de março de 64 para cá.Segundo me parece a revolução, nos três anos de governo do Marechal Castelo Branco foi de tupada,pois,a derrubada do governo do snr.João Goulart teve como escopo combater a corrupção e a subversão que campeava livremente,mas,xxx não foi isso que sucedeu,porque nenhum dos corruptos sofreram os castigos que mereciam,todos eles,sem exceção,estão livres e gozando as riquezas que extorquiram do Pais.Segundo parece,a Revolução sòmente serviu para os governos estrangeiros exaurir as riquezas que já há longo tempo vinham usufruindo em detrimento ao Brasil e dos brasileiros.

Confio no exito da Frente Ampla para por cobro as falhas existentes no governo ~~que atualmente~~ dirige os destinos do Brasil.

Parabens,pois,à vossa corajosa e oportuna ação nesta hora de grande ansiedade porque está atravessando o Pais.

Saudações cordiais

Joaquim Paes de Barros

Caixa Postal, 74
Sorborema, S. Paulo

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1967

Carlos Lacerda:

Até há poucos dias eu era chamada de fanática por sua causa. Fui sua defensora incondicional. Justificava tudo que Você fazia. Até missa em ação de graças mandei rezar quando Você foi eleito governador.

Você, agora, decepcionou milhões de brasileiros. Sinto tanta vergonha pelo que Você acaba de fazer, como se fosse uma pessoa de minha família. Desejo que o chão se abra quando me perguntam: e o seu Lacerda? Viu o que êle está fazendo?

Já quando Você foi se encontrar com o Juscelino senti tristeza, mas, agora sinto uma dor tão funda no coração... Parece que perdi um ente muito querido. Não tenho mesmo palavras para exprimir o que sinto.

Tôda a minha família e o meu circulo de relações estão revoltados com Você. O que Você fêz não tem explicação, nem justificativa. Você desceu demais, humilhou-se! Apertar a mão do seu pior inimigo. O homem que mandou matá-lo.

Agora só falta Você convidar para um almoço o Brisola, Arragão, Darcy Ribeiro, Faz tudo, Golberí, Jurema e outros mais, cujos nomes não me ocorrem no momento.

Você já se esqueceu da anarquia em que viviamos no tempo do Goulart? Da falta de açucar, de arroz, de polícia, das greves... Você nunca sentiu a miséria de perto, porque nunca se privou de nada, nunca sentiu falta de açucar em casa, nunca veio trabalhar sem saber se voltaria para casa e como, porque não havia condução. De repente rebentava uma greve.

Já houve quem dissesse que o Major Vaz morreu em vão e eu também acredito nisto.

Você diz que a revolução o traiu. Você é que traiu todo o povo brasileiro, com especialidade o povo da Guanabara, o estado que Goulart tanto maltratou.

Você fêz pior do que o Janio Quadros.

Que vergonha, Lacerda! Que tristeza!

Não sei como D. Leticia suporta tal situação. Ela já sofreu tanto, Lacerda! Agora, vê o seu marido abraçar João Goulart!

Não acredito mais em nada. Você era a única esperança. Tudo morreu. O único civil, capaz de nos governar, morreu em Montevideo...

Sua ex-eleitora,

Sueila Amaral

Rua Gal.Roca,440 - aptº 429
Tijuca - GB

passar Felip. 13.10. M.T. F. Arapla

após pacto Nacional.

Salvador 30 de Setembro de 1967

EXMO. SR. DR, Carlos Lacerda. EX-Governador da Guanabara.

operário metalúrgico

Prezado Senhor, Muita Saude dezejolhe.

Pela prezente,,è para dizer-lhe de que entrepetando o vosso chamamento, a união Nacional ao sacrificio dos trabalhadores, e de todo povo pela formação da frente ampla, para lutar pela redemocratização do Brasil, jà me comcidero nas suas filheiras, dezejo saber com quem me ligarei a qui na Bahia Capital, para tomar as instruções nescesarias, ao esclarecimento as Massas Populares.

Sou Operario Metalucico, sou de Sociedade de Bairro, jà fui Thezoreiro de liga Esportiva de Bairro, em resumo sou um Homem que lido com as Massas, preciso ver o exito dos grandes Lideres,entres os qual figura VS. EXa.

Que luta pelo bem de Brasil e do povo.

REspeitosamente.

as. Dionizio da Paixão Rocha

Dionizio da Paixão Rocha

Av. Monteiro, 78
bairro do Tanque,
Salvador

Fortaleza, de Setembro de 1967

OK (Telef) 12-10 CLS

F.A. e pede livros

p/ estudante !!

Ilmo. Sr.
CARLOS DE LACERDA
GUANABARA- Rio

Caro Líder:

Esta é a primeira vez que tomo a liberdade de escrever a V. Sia. muito embora de há muito o desejance fazer.

Senhor Lacerda, venho de algum tempo acompanhando a empolgante trajetória política de V. Sia. e confesso-me fascinado pelas qualidades de homem público, voltado para os problemas que afligem cruciantemente a nação brasileira. Desde os tempos de Governador da Guanabara, muito antes da eclosão do movimento revolucionário de Março/1964, quando V. Sia., vencendo todos os obstáculos impostos pelo govêrno do Sr. João Goulart e realizando uma administração de renome mêsmo Estado, que tenho acompanhado o comportamento de V. Sia., cuja coragem e fôrça de ação tornaram-me um admirador incondicional.

Sou um estudante cearense, não muito velho mas tão moço para o grau de estudo (3º Científico, 25 anos), o que prova a deficiência do Brasil no setor educacional, e sendo estudante gosto de acompanhar os acontecimentos que se registram no Brasil, sobretudo os políticos. E V. Sia. está sempre à frente, criticando os êrros dos nossos administradores e apresentando sugestões que infelizmente não aproveitam. Se V. Sia. fôsse mais bem compreendido o nosso país já teria alcançado um índice de desenvolvimento mais acentuado e o povo brasileiro não sofreria tanto. Aguardemos, porém, os dias futuros e vejamos V. Sia. no comando geral dos nossos destinos.

Senhor Lacerda, li com enbevecimento as reportagens fabulosas publicadas em "MANCHETE" e sob o título "Rosas e Espinhos do Meu Caminho", as quais dão bem uma idéia de como tem sido a vida de V. Sia., cheia de capítulos impressionantes. Tenho-as tôdas guardadas, como também, livros (Crime e Castigo, Desafio e Promessa) e inúmeros artigos e entrevistas publicados em jornais locais (O Estado, principalmente) e nas revistas do sul do país. Êstes trabalhos dão-me a certeza do valor moral, bem como, da coragem, virtude que o grande Kennedy julgava principal no homem público, e que V. Sia. ostenta com galhardia.

Espero que estas minhas linhas não sejam interpretadas como uma demonstração de puxa-saquismo, defeito que graças a Deus não tenho, mas sim como respeito e admiração sinceros que nutro por V. Sia.

Aqui em Aerolândia temos o Grêmio Artístico da Comunidade Estudantil Recreativa de Aerolândia, mais conhecido simplesmente como "Comunidade" ou CACERA, entidade que atualmente está sob a minha responsabilidade, na qualidade de presidente. É um Grêmio pobre, ainda sem muita expressão, mais por incompreensão do que por idealismo dos seus dirigentes. Parece que a mocidade ainda não entendeu a nossa mensagem de confiança nos destinos da país. Ficaria infinitamente grato se V. Sia. se dignasse escrever uma curta mensagem de otimismo aos membros do CACERA, cuja Diretoria atual, em sua maioria, é lacerdista e com muito orgulho. Solicitaria, também, que V. Sia. doasse alguns livros de sua autoria para a nossa biblioteca (o frete nós pagaremos), pedido êste que farei a outros escritores, também famosos, já que temos interesse em conhecer e divulgar os nossos bons autores. Acredito que V. Sia. será atencioso para com êste meu pedido, que não é estritamente pessoal, é antes, em benefício da coletividade de Aerolândia, sobretudo os estudantes, por quem V. Sia nutre grande simpatia e confiança.

Aqui fico, na aguardo de uma resposta e certo de que minhas palavras serão interpretadas de acôrdo com o sentido que encerram, e, esta minha admiração possa transformar-se em amizade sincera e correspondência proveitosa. Peço desculpas pela variedade de assuntos aqui tratados, de maneira até certo ponto desordenados, é fruto da primeira carta.

Despeço-me, atenciosamente, com o abraço reservado de amigo desconhecido,

[illegible] PEÇANHA DE OLIVEIRA

P.S. Aguardo a evolução da Frente Ampla, para nela ingressar, orgulhosamente.

Meu Endereço: Rua Cap. Steven Hsia, 583-Aerolândia-Fortaleza, Ce

Ilmo Sr.
Carlos de Lacerda.

cartas impossível

Eu Agenor Cassiano Ferreira, residente à rua são Vicente, 225, São Paulo Capital, vem por meio da presente para falar-lhe o seguinte:

1º) eu sei que o Sr. não gosta do falado Pistolão ou das Cartas de recomendações por Figurões.

2º) Quero participar do programa "FRENTE AMPLA", mesmo sabendo que este programa não é lugar de demagogos corruptos e nem dos famosos "quero moleza".

3º) Não pretendo trabalhar na FRENTE AMPLA pensando em angariar fortuna. Mas sim ajudar fazer com que mais de 80.000.000 de brasileiros saiba esquecer o tradicional "EU MORRO MAS NÃO PERDÔO"ou"OS AMERICANOS QUEREM FICAR COM O BRASIL".

4º) Percebo que os brasileiros estão subjugando-se à uma "disfarçada Ditadura Militar". Pretendo ser um dos primeiros à sair em praça pública para explicar aos brasileiros alguma coisa da atual política, e explicar melhor frente om o público a política da Frente Ampla. Não é possível deixar-mos um só Brasileiro defender nossos direitos de brasileiros._ Êste é Exmo. Sr. Carlos de Lacerda.

5º) Não podemos esquecer que o Brasil cpmpõe-se de mais de 2.900 municípios ou seja quase 3.000. E agora os brasileiros devem perguntar: onde estão estes prefeitos , vereadores, deputados estadual e federal, governadores e senadores que ficaram MUDOS E SURDOS após a falsa revolução que houve em março de 1964. Poço afirmar corajosamente, os que não são demagogos são covardes ou uns simples comformados, mas esquecidos dos milhares que lhe deram o voto esperando melhora p'rá seus direitos de brasileiros.

E por isso mesmo é que acho necessário que no mínimo 20% das cidades brasileiras devem receberem oradores mais chegados ao menbro político da Frente Ampla.

Por favôr Sr. Carlos de Lacerda eu quero ser um d'êles!

São Paulo, 22 de Maio de 1968.

Agenor Cassiano Ferreira

Profissão: vegetar p'rá viver.

(Ainda no Assunto)

Eu por não querer ou não puder arrnjar um Pistolão, procuro a figura principal da Frente Ampla; " pois acho que o tempo é mais importante quando se fala diretamente com JESUS e não com SÃO PEDRO". Por isso mesmo acho melhor falar com o Sr. em vez de ir tentar por intermédio do Sr. Michel da NÔVO RIO S. A., como já fui uma vez em setembro de 1967 e não consegui êxito.

Desejando-lhe vitoria em suas convessões.

P. Deferimento.

Agenor Cassiano Ferreira.

OK
4.10

Exmo. e digno
Dr. Carlos Lacerda

Rio, 4/10/67

após Vente.

Pela segunda vez, tenho a profunda atisfação de escrever-lhe, a primeira carta foi para prestar-lhe a minha solidariedade logo após o término de vosso brilhante e inigualável governo dêste nosso Estado. E agora, para colocar-me mais uma vez a vosso inteiro dispor, pois sou um dêste que há muito lhe acompanha na vossa carreira política e querendo Deus, hei de ver-lhe na Presidência dêste tão querido Brasil; pois só assim, terei a verdadeira confiança de legar aos meus filhos um orgulho de possuírem uma Pátria na qual poderão depositar suas esperanças e convicções porque sabem de antemão por quem está sendo dirigida. Meu Presidente, posso assim me antecipar, pois tenho a certeza de que o único sucessor do atual presidente, de merecimento e um gabarito elevado, é V. Excia. Quero sòmente uma coisa, nesta minha pretenção, é que se for preciso de um soldado para qualquer tipo de luta ao lado V. Excia, aquí está êste humilde, mas leal amigo.

Apesar de ser funcionário público federal, e / ter sido até odiado de meus chefes e colegas em defêsa de vossa / integridade administrativa, política e moral, jamais, mesmo assim, declinei da minha convicção. E como segundanista de Direito, tenho sabido me defender galhardamente dêsses incautos e despreparados indivíduos que nada fazem pela redemocratização e engrandecimento desta Nação.

Terminando, quero parabenizar Vossa Excelência / pelas últimas demonstrações de altruísmo político, procurando chegar à tomada da tão esperada redemocratização.

Cordialmente

Solon Tavares Pires

Solon Tavares Pires

Resid: Real Grandeza, 535 -Botafogo.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1968

OK
Telegrama
DALR
Fichado
em 17/1/68

Ilmo.Sr.- CARLOS DE LACERDA
Guanabara

Prezado Senhor,

Assunto - Inscrição na FRENTE ÚNICA

Certamente o Sr. não se lembra mais de mim, pois inúmeras são as pessoas de suas relações.

2. Antecedendo a última revolução, tive a honra de ser chamado ao Palácio do Govêrno, através seu telegrama, e na ocasião fui atendido por um de seus assessores.

Agora a situação tudo indica estar e exigir nova arrancada dos lídimos Brasileiros, razão pela qual volta a sua presença.

3. Como descendente de Índio, não posso ficar indiferente a terra que tanto amo e pela qual estou disposto a derramar meu sangue. Fatos julgo dispensável comentar...

4. Nessas condições, desejo ingressar na Frente Única sob seu comando.

5. Dou a seguir algumas informações com respeito a minha pessôa:- Abel de Oliveira Ávila, brasileiro nato, nascido na cidade de CASTRO(PR) em 16-7-1917, casado, pai de 5 filhos, Contador, Assistente Técnico da Petrobrás(Chefe da Seção de Planejamento do Serviço de Material/Divisão de Compras-R.Buenos Aires,40,s/802,fone 43-0866,ramal 5 ou 20), reservista, eleitor, residente à rua Eliseu Visconti,55(Itapirú),fone 22-3466; ex-Diretor de Contabilidade do Sindicato dos Contabilistas do Rio de Janeiro, sócio-remido da Real Sociedade Clube Ginástico Português, 1º Secretário do LIONS Clube Rio de Janeiro-Rio Comprido, membro do Movimento Familiar Cristão(Nazaré).

Aguardando suas apreciadas ordens, subscrevo-me com elevada estima,consideração e

Atenciosamente

Abel de Oliveira Ávila

Acesita, 4 de janeiro de 1968.

Ilmº. Sr.
Carlos Lacerda
Rio de Janeiro -GB.

OK
Telegrama
BMC

Prezado Senhor:-

Inicialmente tenho a honra de congratular-me com V. Sª. pela sua coragem e autenticidade de político e de brasileiro, especialmente como líder da "Frente Ampla", nesta hora em que os grupos de oposição se calam em detrimento do povo que sofre dêsde de um processo democrático cheio de falhas..

Não sou, infelizmente, um político militante todavia sou um pregador e defensor da oposição e, especialmente da "Frente Ampla". Gostaria de contribuir mas para o movimento, dentro dos limites ao meu alcance e é com êste propósito que me dirijo a V. Sa., no sentido de que envie "temas" de palestras em grupo bem como sugestões relativas.

Sou um trabalhador brasileiro, patriota como poucos, dos que ainda se arrepiam e se deixam arrebatar pela emoção quando ouvem o nosso Hino Nacional ou vêm tremular nossa Bandeira; que deseja ardentemente ver o meu país na rota do desenvolvimento, a caminho de um destino pleno de riquezas. E desejo, portanto, pugnar contra êsse estado de coisas reinante (o subdesenvolvimento, o analfabetismo, a falta de Universidades, a fome, os aproveitadores do poder, os "ôcos" teóricos da Economia, os puxa-sacos, a restrição das liberdades, o arrôcho de salários, pela conscientização do trabalhador, etc.) que vêm esmagando a cada dia o trabalhador brasileiro, êsse faminto trabalhador.

Espero contar com a habitual atenção de V. Sa., no aguardo de uma resposta.

E sem mais, valho-me da oportunidade para formular os meus votos de um ano novo cheio realizações para V. Sa. e, com apreço e distinta consideração, subscrevo-me,

Atenciosamente,

Caetano A. de Oliveira

(Caetano Agostinho de Oliveira)

CAIXA POSTAL, nº 89
ACESITA - Minas Gerais

Declaração de Autenticidade

Eu, Thávilla Lorrany Freire Loiola, declaro para todos os efeitos que o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *"Frente Ampla: oposição conservadora ao Regime Militar e sua representação através de cartas (1967-1968). ",* foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado em outro idioma ou formato.

Brasília, 12 de dezembro de 2017.

_____

Thávilla Lorrany Freire Loiola